

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Versão Preliminar do PLANO TERRITORIAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL

TERRITORIO DO PLANALTO CATARINENSE
(PLANALTO SERRANO)

Assessoria e Elaboração:
Colmar Rodrigues Domingues
Consultor Nacional da SDT/MDA

Lages (SC) setembro de 2006

SUMÁRIO

1. Apresentação:

2. Expectativa dos Participantes na elaboração do PTDRS:

3. Expressão da Visão de Futuro do território Planalto Catarinense:

4. Acontecimentos e fatos históricos que determinaram e influenciaram na constituição do território:

5. Missão da CIAT:

6. Caracterização Sócio-Econômica do Território:

7. Análise de Ambiente:

8. Eixos Aglutinadores do PTDRS:

APRESENTAÇÃO

O presente documento é resultado final das oficinas de do segundo ciclo do processo de Planejamento Territorial de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável do Território Planalto Catarinense do Estado de Santa Catarina, que se concluiu nos dias 28 e 29 de agosto de 2006.

Nesta última oficina, o principal objetivo era realizar o debate e a elaboração final dos eixos aglutinadores, das linhas de ação e definição dos programas e projetos que irão materializar e possibilitar a concretização das ações do PTDRS, com vistas a impulsionar e dinamizar o processo de Desenvolvimento Territorial do Território Planalto Catarinense.

Aqui estarão apresentados a Visão de Futuro, a Missão da CIAT, um breve histórico da constituição do território, a sua caracterização sócio-econômica (inspirada nos elementos dos Estudos Propositivos de Dinamização Econômica dos Territórios Rurais), o diagnóstico compartilhado e os eixos aglutinadores, que versam sobre: a geração de trabalho e renda; cooperativismo e associativismo; intermunicipalidade; infraestrutura e serviços de apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Meio Ambiente.

2. EXPECTATIVA DOS PARTICIPANTES NA ELABORAÇÃO DO PTDRS:

- Construir um plano verdadeiramente territorial;
- Ter mais entendimento, organização e gestão da coisa pública;
- Um Plano que aponte a realidade do território;
- Um Plano de ação estratégico;
- Que auxilie na busca de novas informações;
- Participativo e com foco cada vez mais verdadeiro;
- Construção de conhecimento coletivo;
- Mais clareza na organização e mais ações concretas;
- Desenvolvimento com seriedade;
- Que o plano se traduza em melhorias de vida da população;
- Um novo modo de trabalho de todos;
- Que seja participativo;
- Identificar os principais problemas e potenciais da região;
- Construção desde a base;
- Objetivos concretos;
- Construção do PTDRS com comprometimento dos participantes;
- Um plano viável a todos;
- Pensar um novo modelo de desenvolvimento não só para a agricultura familiar.

3. EXPRESSÃO DA VISÃO DE FUTURO DO TERRITÓRIO DO PLANALTO CATARINENSE

A visão de Futuro do Planalto Catarinense, conforme definido participativamente pelo Colegiado territorial e pelos atores que participaram na elaboração do PTDRS, versa em:

1. Que aponte para uma maior qualidade de vida, inclusão social, sustentabilidade e consideração pela biodiversidade. Que se efetive a possibilidade a mais acesso ao crédito com capacitação, ações de educação no campo, geração e distribuição de renda, numa perspectiva da economia solidária.

2 - Que permita a inclusão de jovens, mulheres, homens e crianças respeitando as suas culturas. Ao mesmo tempo em que garanta uma boa infraestrutura tais como boas estradas nas propriedades, boa moradia, e uma maior harmonia com a natureza dando oportunidade para as gerações futuras.

3 - Propriedades diversificadas para a subsistência, que os produtores sejam profissionais no que fazem e que a participação seja de toda a família. Que todos tenham onde morar e plantar e que seus filhos não saiam do campo. Que o valor pago pelo produto agrícola seja melhor. Que permita o maior reconhecimento da agricultura familiar como principal responsável pela produção alimentos no país, agregando valor através de agroindústrias e novas alternativas capazes de gerar renda e melhoria das condições de vida das pessoas do campo.

4. ACONTECIMENTOS E FATOS HISTÓRICOS QUE DETERMINARAM E INFLUENCIARAM NA CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO

1717 - Caminho das tropas / Vacaria

1730 - Pinto Bandeira / Paulistas

1830 - Imigração italiana

1835 - Passagem Anita Garibaldi pela região

1890 - Imigração italiana

1911 a 1916 - Guerra do Contestado / Monge João Maria

1940 -1970: Primeiro ciclo da madeira e erva-mate

1970 - Plantação da maçã

1975 - Papel, celulose

1980 - Revolução verde, movimentos sociais, ONGs

1984 - MAB

1988 - Constituição, primeiros assentamentos

1994 - Coop. Crédito

1995 - Pronaf; declínio do gado de corte; novo ciclo da madeira

2001 - Barragens

2003 - SDRs

2004 - PAA; territórios rurais; reconhecimento dos quilombolas

Década de 20: Guerra do contestado (final); Surgimento ferrovia SP/RS

Década de 40-60: Indústria madeireira (crescimento ou inchaço?)

Década de 60: Surgimento do banco das cooperativas; colonização japonesa em Frei Rogério; Extensão Rural;

Década de 70: Revolução verde; construção da BR 470; Implantação pomares de maçã na agricultura familiar; surgimento da pesquisa; Êxodo rural com quebra da indústria madeireira.

Década de 80: Maçã em nível empresarial; bovinocultura; pico da cultura do alho; Agroecologia;

Década de 90: Surgimento de assentamentos e reassentamentos; criação de novos municípios; crédito Pronaf; MB1; produção artesanal (queijo, pinhão e artesanato com vime).

1998: Nucleação das escolas dos municípios ;

2002: Usinas Hidrelétricas; MB2

2004: Pronaf Mulher

1) Caboclos e após os imigrantes, extrativismo, pecuária extensiva, pequenas propriedades, agricultura familiar;

2) Início do ciclo da madeira, extrativismo, várias culturas como trigo, milho, gado de leite, suínos, etc.;

3) 1966 - continuação do ciclo da madeira com início das florestas plantadas;

4) Anos 70 - Monocultura da maçã;

Pós 1976 - período de integração suínos e aves; desenvolvimento da piscicultura, apicultura e ovinocultura;

5) Produção de grãos em alta escala, turismo rural, fruticultura (pêssego, uva, maçã, tomate, etc.) e bacia leiteira;

A INFLUENCIA QUE TEM AINDA HOJE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO?

- Ocupação da região (colonização)
- Resistência dos colonos (contestado) caboclos
- Cultura Italiana
- Serrarias e Indústrias madeireiras
- Emprego Urbano
- Êxodo Rural (nucleação)
- Utilização e ocupação da terra
- Movimentos de organizações sociais

- Debate e lutas sobre o papel do estado
- Redistribuição da terra
- Aumento de tecnologia e produtividade
- Acesso ao crédito
- Migração/ impacto ambiental

- A percepção dos modelos de desenvolvimento implantados possibilita evitar a reprodução de fatos ocorridos.

- Nucleação das escolas: foram manifestadas posições favoráveis em menor número e contrárias em maior número com relatos de prejuízos às crianças e aumento do êxodo rural da juventude com a nucleação.

- O ciclo da madeira / extrativismo exportou a madeira e o dinheiro gerado;

- O plantio de pinus provocou prejuízos ao desenvolvimento da região;

- A questão fundiária contribui para o empobrecimento da região;

- Enfrentamento no des. Rural entre latifúndio e agricultura familiar;

Ponderação:

- Diversas temáticas não apareceram devido à baixa presença de outros segmentos, daí a importância de ampliar a participação;

- A cultura na região não é agrícola, no entanto, o processo de desenvolvimento e as crises advindas forçaram a entrada de cultivos agrícolas comerciais atrativos pelos preços.

5. MISSÃO DA CIAT (COMISSÃO DE INSTALAÇÃO DAS AÇÕES TERRITORIAIS), COLEGIADO TERRITORIAL.

Características da CIAT - Esta CIAT se caracteriza por ser uma forma construir e consolidar o empoderamento das organizações sociais da agricultura familiar, tais como sindicatos, movimentos sociais grupos étnicos de forma paritária.

Finalidade - A principal finalidade da CIAT é a de gerir a organização, os planos e a implementação das ações territoriais. Também tem como finalidade integrar as ações e políticas públicas. Tem um papel de coordenação, mobilização, planejamento, acompanhamento e avaliação das ações territoriais.

Princípios e valores: (constante do estatudo)

Composição: A Comissão de Instalação das Ações Territoriais será composta de forma paritáriaria por municípios e por micro-região. Na municipal, serão 05 da sociedade civil e 05 governamentais. Na sociedade civil serão 03 efetivos e 02 suplentes. E no mínimo um efetivo é mulher. E 01 será representante de grupo étnico - ou comunidade tradicional - existente na região. Na representação governamental serão 05 pessoas, sendo 03 efetivos e 02 suplentes. Dos efetivos, no mínimo, um é mulher e um representante do legislativo. E dois serão 02 suplentes. As micro-regioes serão quatro (Campos Novos, Curitibaanos, Lages e São Joaquim). Cada micro-região terá 04 vagas cada. Destas, duas serão efetivas e duas suplências, tanto na sociedade civil e como no poder público. As entidades da micro-região compostos por entidades tais como universidade, sindicatos com base

microregional, Ongs, Cooperativas, Consad, Fóruns, Epagri Regional, Movimento Social, Associações de municípios. Os interessados são organizações ligadas ao meio rural, formais e informais.

6. CARACTERIZAÇÃO SOCIO-ECONOMICA DO TERRITORIO PLANALTO CATARINENSE.

A região dos campos do Planalto Catarinense teve sua colonização iniciada no século XVIII pelos bandeirantes paulistas, que transportavam as tropas de animais vindos da região dos Pampas. Desde então, os homens e mulheres que intervêm naquele espaço vem construindo uma identidade própria, que sustenta a intervenção naquela realidade a partir de uma abordagem territorial.

Essa região foi ocupada pelas "fazendas de criar", que consistiam em colocações de grandes fazendeiros que normalmente se instalavam com sua família, agregados e escravos índios e negros para desenvolver a pecuária bovina de corte. A pecuária extensiva ainda é uma atividade característica do território em questão.

Ademais das grandes fazendas, estavam às pequenas colocações dos agregados que possuíam as mais variadas formas de relação com a terra (arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, proprietários, etc.) e os escravos, que após a escravidão assumiram algum tipo de relação com a terra.

Em alguns municípios do Território, principalmente naqueles mais próximos do litoral, ocorreram processos migratórios de colonos de origem europeia não portuguesa

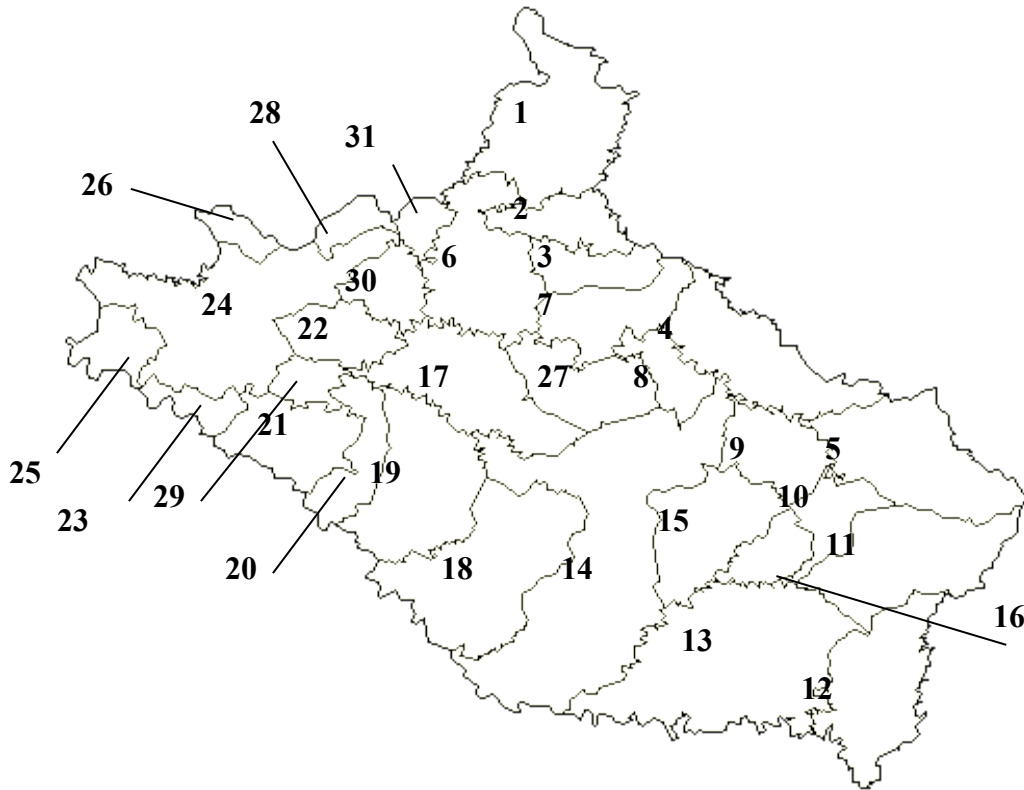
mais intensa vindos das primeiras colônias que se instalaram em Santa Catarina. Esse processo ocorreu durante todo o século XIX e se estendeu até as primeiras décadas do século XX. A forma de ocupação do espaço e organização das atividades produtivas impôs uma dinâmica distinta a vida destas comunidades, que se diferenciam das áreas onde o processo de colonização se deu pelo modo de ocupação dos colonizadores bandeirantes. Atualmente, estas diferenças entre os municípios que estão no entorno de São Joaquim, mais próximos do litoral e os que estão no entorno de Lages, Campos Novos e Curitibanos, ainda permanecem notórias, sendo características marcantes da região a concentração fundiária, ainda que no município de São Joaquim e entorno, a terra esteja menos concentrada e o modo de produção familiar predomine sobre o patronal. No restante do território destacam-se as grandes fazendas e a agricultura familiar existe, porém, possui menor visibilidade na realidade local (CARDOSO, 2004).

Junto as grandes fazendas estavam as populações caboclas, população que apesar de não chegar a constituir um tipo étnico, mas que em sua maioria possuía um estilo de vida e características fenotípicas e culturais que lhes permite construir uma identidade própria. O caboclo pode ser o europeu acaboclado, o índio acaboclado ou o negro acaboclado, ou ainda o mestiço destes três grandes grupos

étnicos. O caboclo se caracteriza por sua relação com a sociedade maior, onde o estado esteve pouco presente em sua história de vida ou o desconsiderou em suas intervenções. Na própria expressão dos caboclos, "o caboclo rico já não é caboclo". Os caboclos, em sua maioria, não possuem terras próprias, fazendo parte da grande massa de excluídos deste meio de produção que caracteriza, em geral, a população brasileira. No caso do Planalto Catarinense, grande parte dos agricultores familiares que se encontram excluídos dos processos de desenvolvimento, são caboclos que, no mais das vezes, trabalham vendendo a sua força de trabalho, principalmente, nas atividades de reflorestamentos da região.

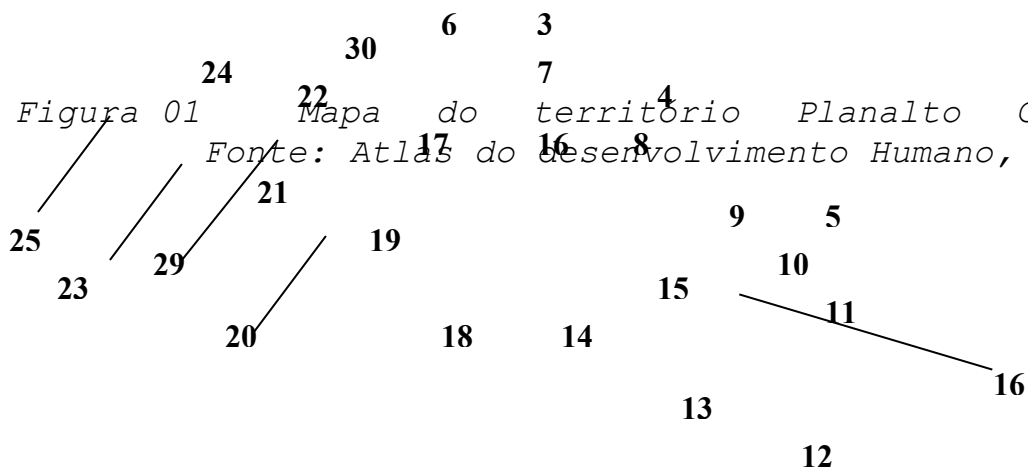
Além dos caboclos e fazendeiros, ainda estão presentes os descendentes de europeus não portugueses, que em algumas áreas do território desenvolveram estilos de vida que mais se assemelham aos estilos de vida de seus países de origem. A região de São Joaquim, por exemplo, é onde está mais presente este estilo de vida, que esteve apoiado num processo de colonização privada, onde as terras foram comercializadas em pequenas glebas para as famílias.

A Figura 1 apresentada na seqüência localiza dos municípios que compõe o Planalto Catarinense



- | | | |
|-------------------------|-------------------------|---------------------|
| 1. Santa Cecília | 12. Bom Jardim da Serra | 21. Anita Garibaldi |
| 2. Ponte Alta do Norte | 13. São Joaquim | 22. |
| 3. São Cristóvão do Sul | 14. Lages | 23. Celso Ramos |
| 4. Otacílio Costa | 15. Painel | 24. Campo Novos |
| 5. Bom retiro | 16. Urupema | 25. Zortéa |
| 6. Curitibanos | 17. São José do Cerrito | 26. Ibiam |
| 7. Ponte Alta | 18. Capão Alto | 27. Correia Pinto |
| 8. Palmeira | 19. Campo Belo do Sul | 28. Monte Carlo |
| 9. Bocaina do Sul | 20. Cerro Negro | 29. Abdon Batista |
| 10. Rio Rufino | | 30. Brunópolis |
| 11. Urubici | | 31. Frei Rogério |

Figura 01 Mapa do território Planalto Catarinense.
 Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano, 2006.



6.1. Caracterização físico-geográfica

De acordo com a classificação de Koeppen, o tipo climático do território do Planalto Catarinense é predominantemente Cfb - Temperado (mesotérmico úmido e verão ameno) e (Cfa) Subtropical (mesotérmico úmido, com verão quente) nos municípios de menor altitude. A temperatura média anual varia entre 13 e 14° C nas regiões mais frias e 17 e 18° C nas de menor altitude, enquanto que a precipitação média anual varia entre os 1300 a 1.800 mm/ano e a umidade relativa do ar oscila entre os 76% e 78%.

Quanto ao solo, o Planalto Catarinense está situado nas áreas de encosta e topo da serra, o que lhe confere dois tipos predominantes de solos que são os rasos e pedregosos, com baixa fertilidade e pouco aptos para os cultivos anuais e os solos ondulados e suavemente ondulados, mais propícios para os cultivos. De forma geral, os solos dessa região são ácidos, com alto teor de matéria orgânica e com fertilidade que varia de média a baixa. Os tipos de solos predominantes são os latossolos e terras brunas estruturadas nas áreas menos declivosas e litossolos e neossolos em áreas mais acidentadas. Nas terras brunas estruturadas e latossolos os cultivos anuais e pastagens vem sendo praticados ao longo dos anos, enquanto que nas áreas mais inclinadas e menos férteis até recentemente predominaram as pastagens, sendo que nos últimos anos, com os

avanços da pesquisa agrícola, a região vem se tornando um polo de produção de frutas de clima temperado. As terras que até recentemente não possuíam valor, dependendo das condições climáticas, passaram a ter altas cotações. Outra opção para os solos ácidos e pedregosos do Planalto Catarinense é o reflorestamento, que aponta como uma opção econômica para uns e preocupação ambiental para outros, uma vez que as plantações homogêneas de pinus e eucalipto aumentam a pressão sobre os ecossistemas nativos, que haviam resistido por conta da inaptidão dos solos (CARDOSO, 2004).

6.2.Aspectos demográficos

a) Aspectos gerais sobre a evolução da população

Integram o território do Planalto Catarinense 31 (trinta e um) municípios, totalizando uma área de 22.553,4 km², que equivale a 24,00 % da área do estado.

De acordo com o Censo Demográfico de 2.000, a população do Planalto Catarinense é de 402.906 hab., equivalente a 7,5% do total de habitantes do estado. Cerca de 22,3% desta população (89.886 hab) vive na área rural¹ e 77,7% (313.020 hab.) na área urbana. O município mais populoso é Lages, que

¹ Considerou-se “população rural” o meio rural convencional, de acordo com o IBGE (moradores fora das áreas consideradas “urbanas”, sendo: sedes municipais, sedes distritais ou áreas urbanas isoladas) e aglomerados urbanos com até 10.000 habitantes. Fonte: IBGE, 2005. Deve-se destacar que esta classificação, apesar de usual, traz consigo problemas qualitativos que podem comprometer análises mais refinadas. ABRAMOVAY, 2000, e VEIGA, 2001, ressaltam a idéia do rural não se restringir simplesmente a uma divisão quantitativa de número de habitantes ou de referências geopolíticas.

concentra 39% da população total do território e 40% da população urbana.

Além de Lages, o Planalto Catarinense possui outras três cidades pólo, que são Campos Novos, com 28.729 hab., Curitibanos, com 36.061 hab,. e São Joaquim, com 22.836 hab. Juntos, estes quatro municípios respondem por 61% da população total do território.

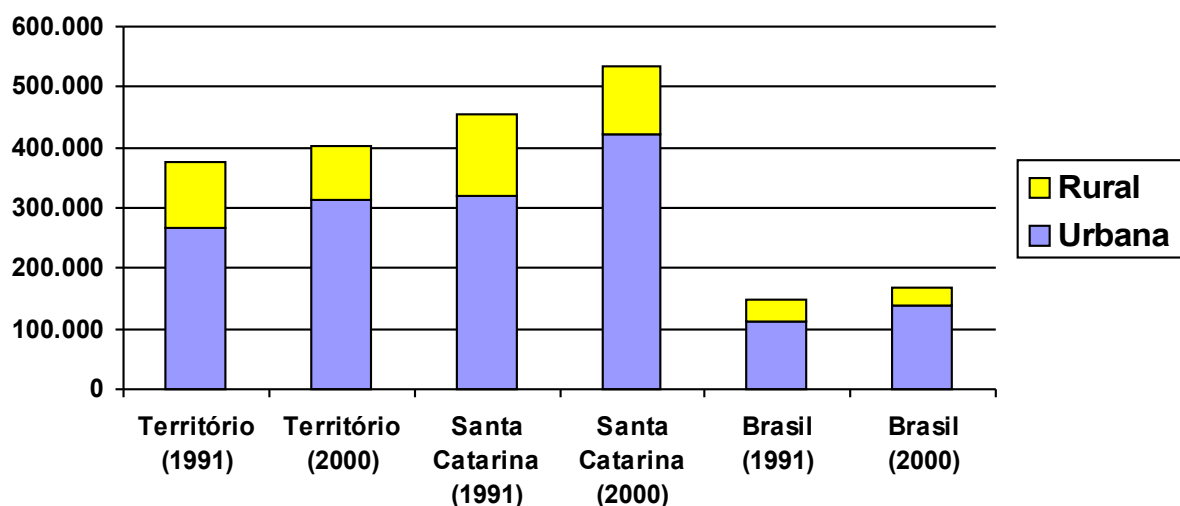
A análise da evolução da população entre 1991 e 2000 revela que apesar do aumento de população superior a 17% do estado de Santa Catarina, o Planalto Catarinense, cresceu somente 7% no mesmo período. Retirando Lages dos cálculos, este crescimento cai para 5% (IBGE, 1991, 2000). Observa-se que ocorreu, seguindo a mesma tendência observada no Brasil e em Santa Catarina, forte aumento na população urbana (17% no total do território e 21% desconsiderando-se Lages) e forte redução na população rural (16%, com ou sem Lages). O Gráfico -01 apresenta a evolução da população total, urbana e rural no território do Planalto Catarinense, em Santa Catarina e no Brasil de 1991 a 2000.

Somente três municípios do território (Palmeira, Correia Pinto e Monte Carlo) vivenciaram um processo de aumento da população rural. Com exceção de Correia Pinto, que possui pouco mais de 17.000 habitantes, os outros são municípios muito pequenos, com menos de 5.000 habitantes. De qualquer forma, estes dados não interferem na dinâmica total do

território. Chama a atenção ainda que 13 municípios tiveram reduções na população total do território, variando de -2% até quedas de 27%.

Gráfico 01. População total, urbana e rural no território Planalto Catarinense, Santa Catarina (x 10) e Brasil (x 1.000) de 1991 a 2000. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2006.

Com respeito a variação da razão de dependência², não são

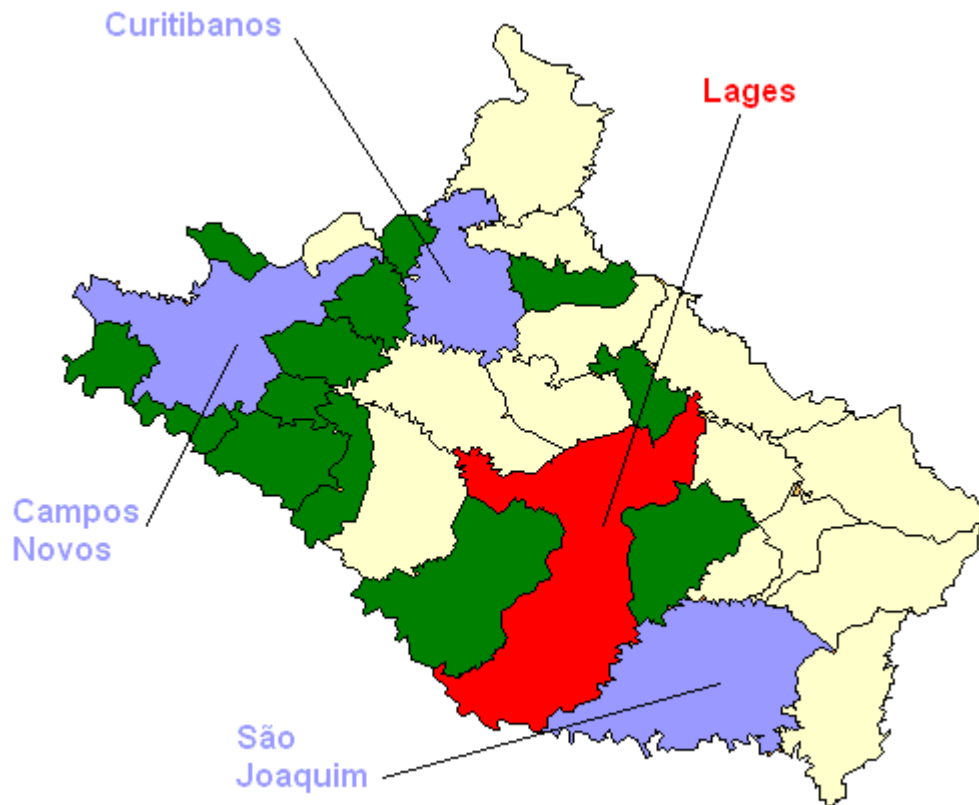


observadas diferenças significativas entre a razão total do Planalto Catarinense e a razão específica para o meio rural (59,9 e 60,1, respectivamente). No entanto, devido ao forte processo de migração da população rural é importante identificar a variação da razão de dependência de 1991 a 2000 além da distribuição da população de acordo com a faixa etária, buscando qualificar um possível processo de envelhecimento dos habitantes do meio rural.

² Índice de dependência: razão entre a população em idade de dependência (abaixo de 15 anos e/ ou acima de 65) em relação a população em idade ativa. Índice que mede a “carga” exercida sobre a fração populacional dependente em relação a população não dependente, ou seja, trabalhadores. Fonte: MELO, 2005

De forma geral, observa-se que o índice de urbanização dos municípios do território, com exceção de Lages, ainda é baixo, com muitos municípios ainda fortemente dependentes do meio rural e com grande parte da população vivendo em áreas rurais. Cabe destacar que o Planalto Catarinense possui 16 municípios com menos de 5.000 habitantes, nos quais é difícil falar em "urbanização". Conforme destacado na Figura 02, estes municípios localizam-se ao redor dos municípios maiores, utilizando sua infra-estrutura de serviços como base para crescimento econômico e social.

Figura 02. Mapa do território Planalto Catarinense, destacando os municípios mais populosos (vermelho e azul) e os aqueles com menos de 5.000 habitantes (verde). Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano, 2006.



Os dados apresentados permitem concluir que o território vem vivenciando um processo de perda de população rural e mesmo de sua população total, uma vez que 13 municípios perderam população entre 1991 e 2000 e o território como um todo vem crescendo a um ritmo muito mais lento que o estado de Santa Catarina e mesmo o Brasil. Os dados sobre a economia e a produção rural do território poderão dar indicações mais precisas sobre os motivos que levaram a este fenômeno.

b) Migração no território Planalto Catarinense

Em relação ao êxodo rural, os dados do LAC 2002/2003 informam que dos 16.752 estabelecimentos agropecuários do território Planalto Catarinense em 714 existiram pessoas que

migraram nos últimos 3 anos (4,26% dos estabelecimentos), totalizando 898 pessoas.

Os municípios de São José do Cerrito, Campos Novos e Abdon Batista são os que respectivamente mais tiveram pessoas que migraram nos últimos 3 anos. Em relação ao gênero não existe uma variação significativa, ou seja, existem homens e mulheres migrando na mesma proporção. No que se refere à idade 59,25% tratam-se de pessoas até 39 anos.

Os motivos que aparecem mais significativamente são as questões da renda em 23,96% dos casos e o estudo para 27,40% das pessoas que migraram. No que se refere ao destino dessas pessoas, 65,21% estão migrando para a sede do município ou para regiões vizinhas no próprio território, sendo que 40,95% das pessoas estão migrando para trabalhar na indústria comércio e serviços.

6.2 Características sócio-econômicas

a) Indicadores de pobreza no território

O IDH-M³ mostra que o território tem um índice considerado médio (0,756) mas menor do que o índice do estado (0,822), sendo que nenhum dos 31 municípios que compõem o território tem índice maior ou igual ao índice de SC. Dentro do território o município de Lages é o que detém o maior índice (0,813) , seguido por Ibiam (0,809) e Otacílio Costa (0,804) - estes três municípios possuem valor considerado elevado (> 0,800). Nenhum município do Planalto Catarinense possui IDH considerado baixo (< 0,500).

O componente que mais influi negativamente para a média do IDH é a renda, com média de 0,65, inferior inclusive ao IDH Renda de Santa Catarina. Com relação a este índice, Lages é o município mais bem colocado no território (0,743), seguido de Otacílio Costa (0,703) e depois Curitibanos (0,696).

O IDH Educação é a componente mais elevada, sendo considerado alto (0,84). Apesar do IDH Longevidade médio ter ficado abaixo de 0,800, existem municípios com valores superiores, como Ibiam (0,855), Urubici (0,828) e Otacílio

³ O IDH é um índice criado no início da década de 90 para o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade (reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, sendo medida pela esperança de vida ao nascer); a educação (medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior) e renda (medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. Fonte: RACE, 2005.

Costa (0,827). Esse indicador na média do território também é bem menor que o índice do estado que é (0,811).

Com respeito a evolução dos sub-índices do IDH de 1991 a 2000, os dados do IBGE (2000) revelam que o território vivenciou um processo de elevação de todos os indicadores, sendo o IDH educação o que mais cresceu (16%), seguido pela renda (13%) e pela longevidade (9%). Em média, o IDH do Planalto Catarinense cresceu 13%.

A análise da pobreza deve passar ainda pela análise de outros indicadores, como a renda per capita, indicadores de pobreza e indigência e indicadores de desigualdade, como o índice de Gini. Desta forma, espera-se caracterizar melhor o processo de desenvolvimento da região e seus impactos, principalmente nas populações mais fragilizadas economicamente.

Com relação a renda per capita, observou-se de 1991 a 2000 um crescimento na ordem de 55%, saindo de pouco mais de R\$ 120,00/ mês para R\$ 196,00/ mês, justificando em parte do crescimento do IDH renda observado anteriormente. Todos os municípios apresentaram esta elevação.

No entanto, a análise do índice de Gini permite dizer que este aumento de renda per capita média não foi acompanhado por um processo de distribuição de renda uma vez que 23 municípios apresentaram elevação do índice, em **5** mantiveram o mesmo valor de 1991 e somente 3 reduziram a

concentração de renda. O crescimento médio do índice foi de 4,4%, saindo de 0,53 em 1991 para 0,55 em 2000. Foi identificada uma leve correlação entre a variação no índice de Gini e a variação na renda per capita dos municípios (20%), indicando que naqueles onde houve maior variação de renda, houve também maior concentração.

A análise dos indicadores de pobreza revela que de 1991 a 2000 houve forte redução na porcentagem de pobres e na porcentagem de indigentes do território (redução média de 36% e 30%, respectivamente). No entanto, o mesmo não ocorreu com a intensidade da pobreza e indigência. A intensidade de pobres apresentou pequena queda (-7%) a de indigência elevação de 18%, ou seja, apesar do menor número de pobres houve agravamento na situação de indigência. A Tabela 1 apresenta a seguir uma síntese dos dados da pobreza no território.

Município	% de indigentes, 1991	% de indigentes, 2000	Variação	% de pobres, 1991	% de pobres, 2000	Variação	Intensidade da pobreza, 1991	Intensidade da pobreza, 2000	Variação	Intensidade da indigência, 1991	Intensidade da indigência, 2000	Variação
Frei Rogério	17,75	16,58	-6,59	47,14	41,19	-12,62	44,22	41,12	-7,01	33,40	26,47	-20,75
Vargem	35,47	10,93	-69,19	69,14	34,69	-49,83	49,10	38,57	-21,45	36,50	30,27	-17,07
Curitibanos	13,49	12,04	-10,75	42,13	26,93	-36,08	41,19	42,75	3,79	42,22	38,11	-9,73
Celso Ramos	39,35	14,29	-63,68	66,57	39,57	-40,56	52,37	40,73	-22,23	39,43	35,75	-9,33
Anita												
Garibaldi	48,82	22,44	-54,04	72,91	45,44	-37,68	57,51	46,32	-19,46	43,99	40,35	-8,27
Capão Alto	37,30	15,79	-57,67	66,67	41,39	-37,92	49,88	40,19	-19,43	34,79	31,96	-8,13
Urubici	25,53	13,64	-46,57	53,27	35,23	-33,87	47,40	38,82	-18,10	36,60	34,12	-6,78
Ibiam	25,49	6,88	-73,01	51,49	26,12	-49,27	46,85	36,33	-22,45	34,66	33,46	-3,46
Abdon Batista	26,07	13,96	-46,45	52,28	40,38	-22,76	45,46	39,67	-12,74	33,98	34,78	2,35
Bom Jardim da Serra	25,83	15,44	-40,22	55,74	43,40	-22,14	44,45	37,78	-15,01	32,06	33,82	5,49
Correia Pinto	7,37	10,66	44,64	31,18	28,78	-7,70	34,13	38,71	13,42	38,94	42,63	9,48
Urupema	22,04	9,25	-58,03	50,00	28,91	-42,18	45,94	38,47	-16,26	35,14	38,51	9,59
Otacílio Costa	8,82	6,27	-28,91	25,31	18,29	-27,74	41,32	37,65	-8,88	50,71	55,72	9,88
Santa Cecília	16,36	11,91	-27,20	42,71	35,49	-16,90	40,52	37,11	-8,42	32,10	35,92	11,90
Monte Carlo	12,65	14,45	14,23	42,80	38,61	-9,79	37,75	40,40	7,02	35,38	39,68	12,15
São José do Cerrito	39,34	23,37	-40,59	63,97	47,96	-25,03	54,42	49,57	-8,91	43,40	50,33	15,97
Brunópolis	34,94	23,12	-33,83	68,83	47,53	-30,95	48,28	47,90	-0,79	36,31	42,11	15,97
São Joaquim	18,61	9,75	-47,61	46,92	28,86	-38,49	40,33	36,26	-10,09	27,97	33,33	19,16
Ponte Alta do Norte	18,91	14,51	-23,27	47,25	38,59	-18,33	42,96	39,27	-8,59	30,35	37,67	24,12
Bom Retiro	15,98	9,12	-42,93	46,78	29,57	-36,79	37,61	34,90	-7,21	28,45	35,45	24,60
Campo Belo do Sul	42,76	19,30	-54,86	71,93	43,29	-39,82	52,24	45,76	-12,40	38,93	48,71	25,12
São Cristovão do Sul	19,66	11,42	-41,91	54,76	33,43	-38,95	42,71	39,43	-7,68	32,76	42,57	29,95
Palmeira	23,97	12,80	-46,60	54,01	34,99	-35,22	46,20	41,57	-10,02	36,96	48,71	31,79
Ponte Alta	22,02	18,06	-17,98	50,11	42,66	-14,87	45,41	43,85	-3,44	37,24	49,46	32,81
Painel	21,62	10,90	-49,58	54,84	29,26	-46,64	43,83	42,58	-2,85	32,77	44,90	37,02
Zortéa	6,94	6,59	-5,04	25,33	21,02	-17,02	36,04	36,71	1,86	30,54	43,42	42,17
Rio Rufino	43,30	19,75	-54,39	68,15	46,67	-31,52	52,65	47,82	-9,17	35,85	52,03	45,13
Cerro Negro	52,33	30,82	-41,10	80,21	54,83	-31,64	55,61	55,17	-0,79	39,34	57,92	47,23
Bocaina do Sul	35,58	14,29	-59,84	64,81	41,45	-36,04	49,19	43,12	-12,34	35,09	51,72	47,39
Lages	11,99	8,11	-32,36	31,48	22,04	-29,99	40,80	40,93	0,32	33,72	50,01	48,31
Campos Novos	16,37	13,05	-20,28	44,73	29,44	-34,18	42,28	48,38	14,43	39,18	61,23	56,28
Território	25,38	14,18	-36,63	53,01	36,00	-30,73	45,44	41,54	-8,58	36,09	41,97	16,30

b) Indicadores econômicos

O PIB territorial total representa 6% do PIB total estadual. Alguns municípios se destacam pelo elevado PIB em relação aos demais, como Campos Novos, Correia Pinto, Lages, Curitibanos, Otacílio Costa, Santa Cecília e São Joaquim. Todos estes possuem PIB acima de R\$ 100.000.000,00/ ano (IBGE, 2002). Os motivos para o PIB elevado se devem tanto por causa da elevada população (como é o caso de Lages, por exemplo) como por um maior PIB per capita, como é o caso de Campos Novos, Correia Pinto e Otacílio costa, que possuem PIB per capita superior a R\$ 10.000,00/ ano, enquanto a média do território está em pouco mais de R\$ 8.000,00/ ano (mas com boa parte dos municípios ficando abaixo de R\$ 5.000,00/ ano). Outros municípios com PIB per capita elevado são Bacaina do Sul, Bom Retiro, Ibiam, Palmeira, Ponte Alta do Norte e São Cristóvão do Sul.

Ao considerarmos somente o PIB agrícola, os municípios de Bocaina do Sul com 77,7%, Ponte Alta do Norte com 75,1% e Ibiam com 74,4% são os melhores colocados. O percentual de todo o território chega a 27,5% enquanto que no estado esse percentual é de 13,5%. Em valores nominais o território representa pouco mais de 12% no estado.

Para o PIB Industrial Correia Pinto é o primeiro com quase 65% seguido de Otacílio Costa com 62,5% e depois Lages

com 46,4%. O percentual do PIB Industrial do território é de 35,4%, enquanto o de SC chega a quase 46%. Na região os valores nominais representam quase 5% do PIB Industrial de SC.

Foi identificada correlação de 52% entre a participação dos setores não agrícolas na geração do PIB total dos municípios (dados de 2002) e o valor da renda per capita (dados de 2000), significando que naqueles municípios onde há forte participação dos setores industriais e de serviços na geração de riquezas, há maior renda per capita do que naqueles municípios que dependem mais fortemente da agricultura. A análise específica do setor industrial e de serviços apresentada posteriormente poderá trazer novas contribuições para este quadro.

O maior valor da produção agrícola no território pertence ao município de Campos Novos, seguido por São Joaquim e Curitibanos. O valor total da região representa 6,3% do valor estadual.

Perfil fundiário e características gerais do setor agropecuário

A análise do perfil fundiário revela a existência de um processo de concentração de terras dentro do território. Analisando os dados observa-se que aproximadamente 70% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 hectares,

mas ocupam somente 13% da área total. Por outro lado, 30% possuem mais de 50 hectares e ocupam mais de 87% da área do território.

Esta alta concentração de terras pode ter origem no próprio processo de ocupação do território, que foi feito na base da força. Os primeiros proprietários da região eram sesmeiros, que ocupavam as áreas de campo com gado, estabelecendo suas estâncias.

De acordo com os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, o número de estabelecimentos agropecuários em 1975 era de 18.036. Este número se elevou para 22.928 em 1995. Os dados do LAC 2002/2003 informam que atualmente o número de estabelecimentos no território é 16.752. Assim, após um período de crescimento do número de estabelecimentos, o território vivenciou um momento de perda, podendo ser uma das causas para o processo de concentração anteriormente descrito.

A redução do número de estabelecimentos rurais foi mais intensa no território do que na média do estado de SC (27% contra 16%). Apesar dos municípios de São José do Cerrito, Campos Novos e São Joaquim permanecerem com o maior número de estabelecimentos, é possível verificar localidades onde houve forte variação, como São Cristóvão do Sul (-65%), Anita Garibaldi (-64,5%) e Capão Alto (-60%) - LAC 2002/2003.

Já a área total ocupada por esses estabelecimentos notá-se que o território perdeu área em relação ao estado, saindo de quase 29% em 95/96 para pouco mais de 25% em 2002/2003. A primeira pesquisa mostra que Lages detinha a maior área tanto na primeira como na segunda pesquisa, Campos Novos era o segundo caiu para a terceira colocação, e São Joaquim que era o terceiro subiu para a segunda posição. Os dados da variação nos mostram que os municípios de Vargem, Abdon Batista e Cerro Negro aumentaram suas áreas e os maiores decréscimos aconteceram nos municípios de São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte e Otacílio Costa tiveram suas áreas aumentadas. No território em termos gerais houve queda de 20,39% enquanto que em SC essa queda foi na ordem de 8%.

Contrastando esses dados com a realidade do território fica visível à aquisição de terras por empresas do ramo madeireiro que adquirem pequenas e médias propriedades destinadas ao reflorestamento, principalmente de *pinnus*. Segundo os entrevistados a Região de Lages está se constituindo em um *deserto verde*. Essa realidade causa um impacto no território, tanto do ponto de vista ambiental, como econômico.

A realidade da reforma agrária também está presente no território conforme apresenta a tabela abaixo.

Tabela 2

MUNICIPIO	Proj. Assent.	Área (ha)	Nº. Fam.
Campos Novos	30 de Outubro	2.004,391	85
	São José	1.234,391	67
	Vitória	403,3662	18
	Sepe Tiarajú	379,0648	26
	Herbert de Souza	424,0402	30
	Sub Total	4.445,254	226
Curitibanos	1 de Maio	461,0000	30
	Herdeiros do Contestado	273,0457	20
	Sub Total	734,0457	50
Monte Carlos	Florestan	139,2189	10
	Sub Total	139,2189	10
Ponte Alta	Anita	520,2351	45
	Sub Total	520,2351	45
Santa Cecilia/ Major Vieira	São Roque II	757,5741	43
	Vida Nova	698,3800	35
	Sub Total	1.455,954	78
Vargem	Vitória dos		
	Palmares	443,3220	30
	Sub Total	443,3220	30
Território	12	7738,0298	439

Recentemente a Fundação Palmares reconheceu, no município de Campos Novos a comunidade Invernada dos Negros como Remanescente de Quilombo, sendo que já iniciaram os processos de cadastramento de famílias por parte do INCRA para que se dê o processo de retomada das terras pelas comunidade.

Em relação a condição do produtor compararmos os dados do Censo Agropecuário 95/96 com os dados do LAC 2002/2003 percebe-se que a condição do produtor se manteve, sendo que pelo LAC dos 16752 estabelecimentos, 90 % dos produtores são proprietários, 6% são arrendatários, 2% são parceiros e 2% são ocupantes.

Utilização de terras

No que se refere à utilização de terras, fez-se uma verificação n dados do censo Agropecuário 2002/2003 e no LAC 2002/2003. Os dados mostram que em Campos Novos as lavouras temporárias têm o maior espaço nos dois períodos pesquisados e Curitibanos o segundo também nos dois casos. Lages é o terceiro pelos dados de 95/96 e Brunópolis nos dados de 2002/2003. O território pela primeira pesquisa detinha 11,6% em relação ao estado e passou para 11,12% na segunda. O município de Monte Carlo teve o maior ganho de lavouras temporárias, seguido por Vargem e Ponte Alta do Norte. Já a maior queda aconteceu em São Cristóvão do Sul, depois em Anita Garibaldi e Lages. No território houve um acréscimo de 2,77% e em SC 7,57%.

Nas lavouras permanentes aparece São Joaquim em primeiro nos dois períodos pesquisados, sendo Monte Carlo em segundo na primeira pesquisa e Lages que ocupa o terceiro lugar nas duas pesquisas. Campos Novos é o segundo colocado em 2002/2003. Em 95/96 o território detinha 9% da área no

estado e passou para mais de 10% na pesquisa do LAC 2002/2003. A variação que ocorreu nessas lavouras teve maior impacto negativo em Santa Cecília, Correia Pinto e São Cristóvão do Sul e variação positiva em Cerro Negro em primeiro, Abdon Batista em segundo e Vargem em terceiro lugar. O território teve variação positiva em mais de 81% e o estado em quase 61%.

Para as lavouras em descanso com dados somente do LAC, Campos Novos é quem possui a maior área inutilizada, seguido por Ibiam, São Joaquim, e a área total no território representam mais de 15% da área para o estado.

A área destinada a pastagens nativas mostra Lages em primeiro, São Joaquim em segundo e Campos Novos em terceiro com maior área destinado a essa cultura. No estado o território representava mais da metade, com 50,6% de toda a área em 95/96. Esse percentual diminui para aproximadamente 45% da área estadual em 2002/2003. Esses últimos dados mostram que os dois primeiros colocados continuam os mesmos municípios pela pesquisa do LAC e em terceiro aparece Capão Alto. As variações mostram que Campos Novos foi o município que mais perdeu pastagens nativas, tendo uma redução de 76,36%, seguido por São Cristóvão do Sul com menos 74,59% e Ponte Alta do Norte com menos 71,30% da área no período. As variações positivas que mais se destacaram ocorreram nos municípios de Monte Carlo com um aumento de aproximadamente

62% de área dessas pastagens, seguido por Vargem mais 38,65% e Cerro Negro com 29,36% a mais. O território teve uma diminuição de 20,51% enquanto que no estado essa variação foi de 10,51%.

Pastagens plantadas aparecem Campos Novos em primeiro lugar na pesquisa de 95/96 e em segundo na pesquisa 2002/2003. São Joaquim em segundo na pesquisa de 95/96 e em primeiro em 2002/2003 e Lages é o terceiro nas duas pesquisas. As pastagens plantadas no território representavam quase 17% no primeiro período pesquisado e passou para 14,2% no outro período pesquisado, na proporção do estado. A variação ocorrida no período mostra que Ponte Alta do Norte, Monte Carlo e Celso Ramos foram os municípios que tiveram as maiores variações negativas. As variações positivas aconteceram em maiores proporções nos municípios de Abdon Batista, São Joaquim e Urupema. Tanto no território como no estado as variações foram negativas de 32,13 e 19,16% respectivamente.

As capoeiras estão concentradas em São Joaquim, Palmeira e Paineira. O território tem mais de 18% da área estadual de capoeiras.

Para as matas e as florestas nativas o censo de 95/96 mostra que a maior área estava em Lages, Bom Jardim da Serra e depois São Joaquim, e a região detinha 29,20% da área no estado. Já os dados do LAC mostram que essa área caiu para

28,77%. Em 2002/2003 a maior área de matas e florestas estava novamente em Lages, Urubici e Bom Jardim da Serra. Dentre as variações destacamos São Cristóvão do Sul que perdeu 87,75% da área, seguido por Ponte Alta do Norte com uma redução de 84,42% e Campo Belo do Sul que perdeu quase 60% de sua área destinada a matas e florestas nativas. O contraponto dessa perda esteve presente em Ponte Alta, Vargem e Urubici que tiveram suas áreas de matas e florestas nativas aumentadas em 48,69%, 24,54% e 19,07% respectivamente.

As matas e florestas plantadas mostram, na primeira pesquisa, Otacílio Costa, Lages e Santa Cecília com as maiores áreas, e o território com mais de 32% de área no estado. Na segunda pesquisa, temos Lages, Santa Cecília e Correia Pinto nas primeiras posições e o território diminuindo sua participação no estado para 23,4% de área. Ponte Alta do Norte, São Cristóvão do Sul e Otacílio Costa tiveram as maiores diminuições de área utilizada para plantas florestas e matas, já Urubici, Cerro Negro e Bom Jardim da Serra aumentaram suas áreas para esse plantio. No território houve uma diminuição de 46,61% e no estado essa queda foi de 26,79%.

A área utilizada para outras culturas aponta que os maiores espaços no território estão nos municípios de Lages,

São Joaquim e Campos Novos. A região é responsável por quase 18% da área de SC.

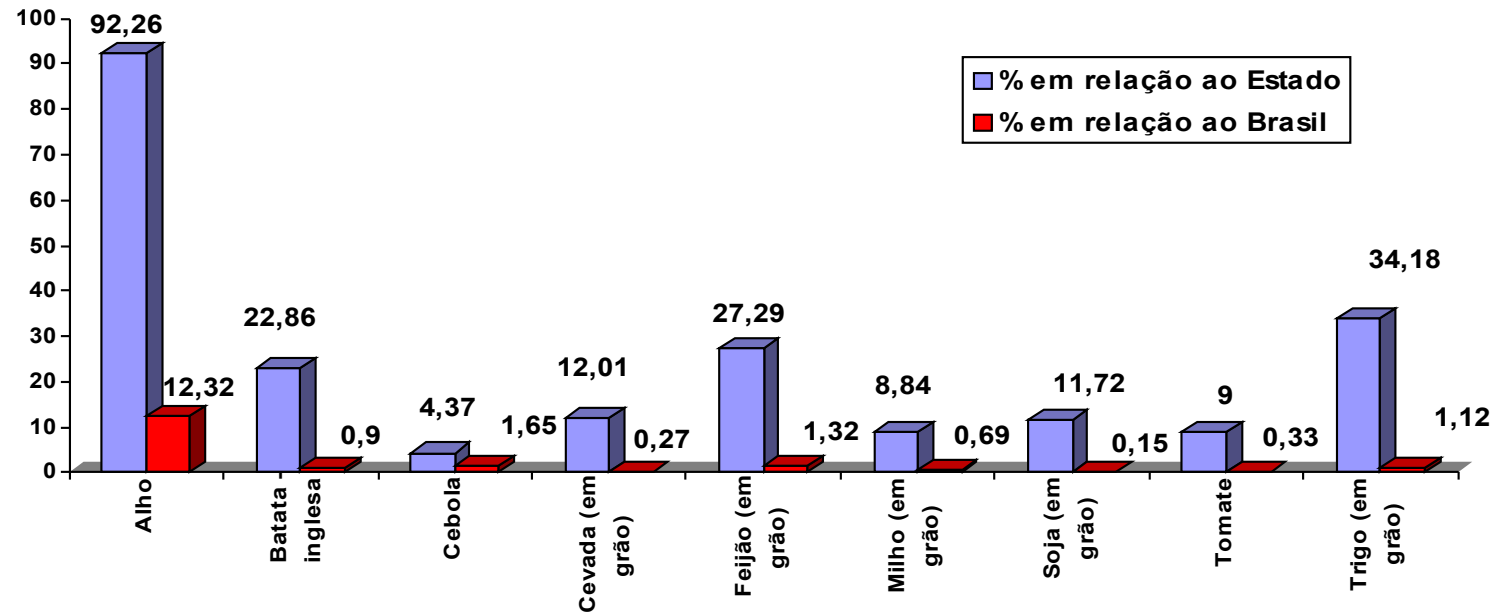
6.3.Sistema produtivo do território

A produção agrícola do Planalto Catarinense é heterogênea, no que se refere a atividades agrícolas. Em relação ao Valor Bruto da Produção (VBP) os principais produtos do território são as lavouras temporárias –Alho, Batata inglesa,Cevada,Feijão,Milho,Soja,Tomate e Trigo). Lavouras permanentes– maçã e pêra. Ainda apresentam grande destaque a produção de vime e a agroecologia.

Os rebanhos mais significativos são bovinos, ovinos, caprinos, frangos, galinhas e suínos. Os produtos de origem animal que mais se destacam são o leite, o mel e a produção de lã e ovos.

lavouras temporárias

Gráfico 2. Participação do território na quantidade total produzida em 2004 das principais lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina.



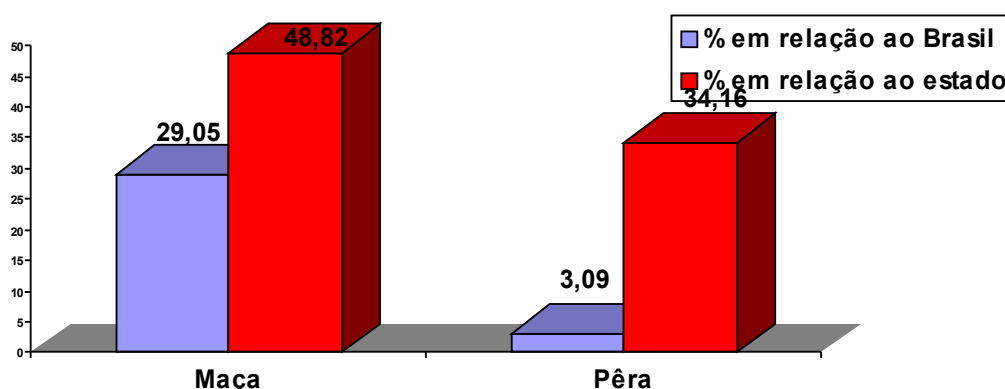
O gráfico acima evidencia que em relação ao estado o território Planalto Catarinense se destaca nas culturas da batata inglesa (22,86%), feijão (27,29%), trigo (34,18 %) e principalmente o alho, sendo que esta cultura representa (92,26%) do total do alho produzido em Santa Catarina. No que se refere a representatividade dessas culturas temporárias do Planalto Catarinense em relação ao Brasil, os dados de 2004 informam que o alho é a cultura que mais se destaca, pois representa (12,32%) do alho produzido no Brasil.

Analisando o gráfico acima é possível identificar os produtos mais importantes para determinados municípios. Bom Retiro destaca-se pela produção de cebola embora o alho também esteja presente de forma significativa. Em Campo Belo do Sul fica evidenciado a importância dos grãos (trigo, soja e milho). Curitiba possui uma produção expressiva de tomate, sendo que esta cultura também está presente de forma expressiva no município de Urubici. Também na parte serrana do território destaca-se a produção de batata em São Joaquim.

Lavouras permanentes

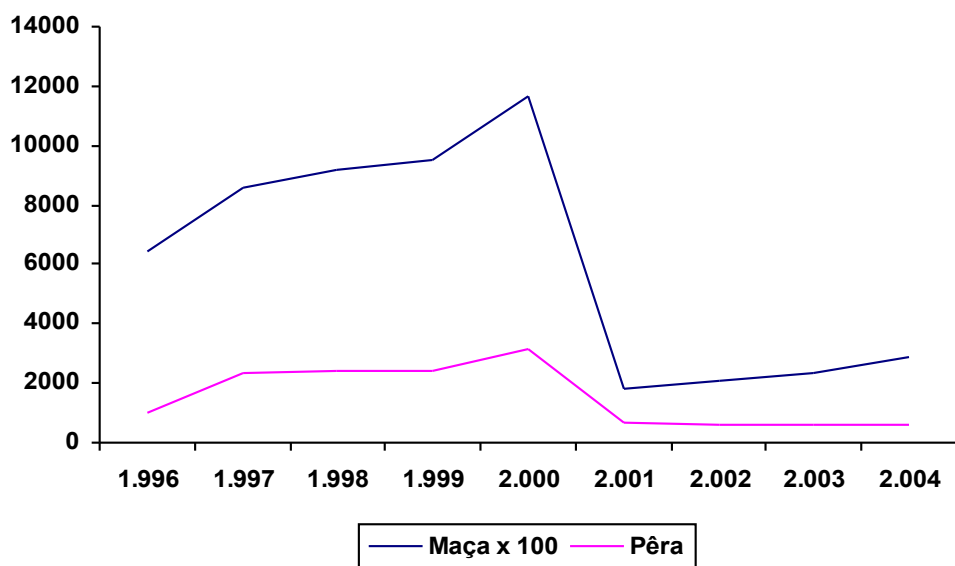
As frutas de clima temperado apresentam-se como uma importante atividade para o Planalto catarinense.

Gráfico 4 Participação do território na quantidade total produzida em 2004 das principais lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina.



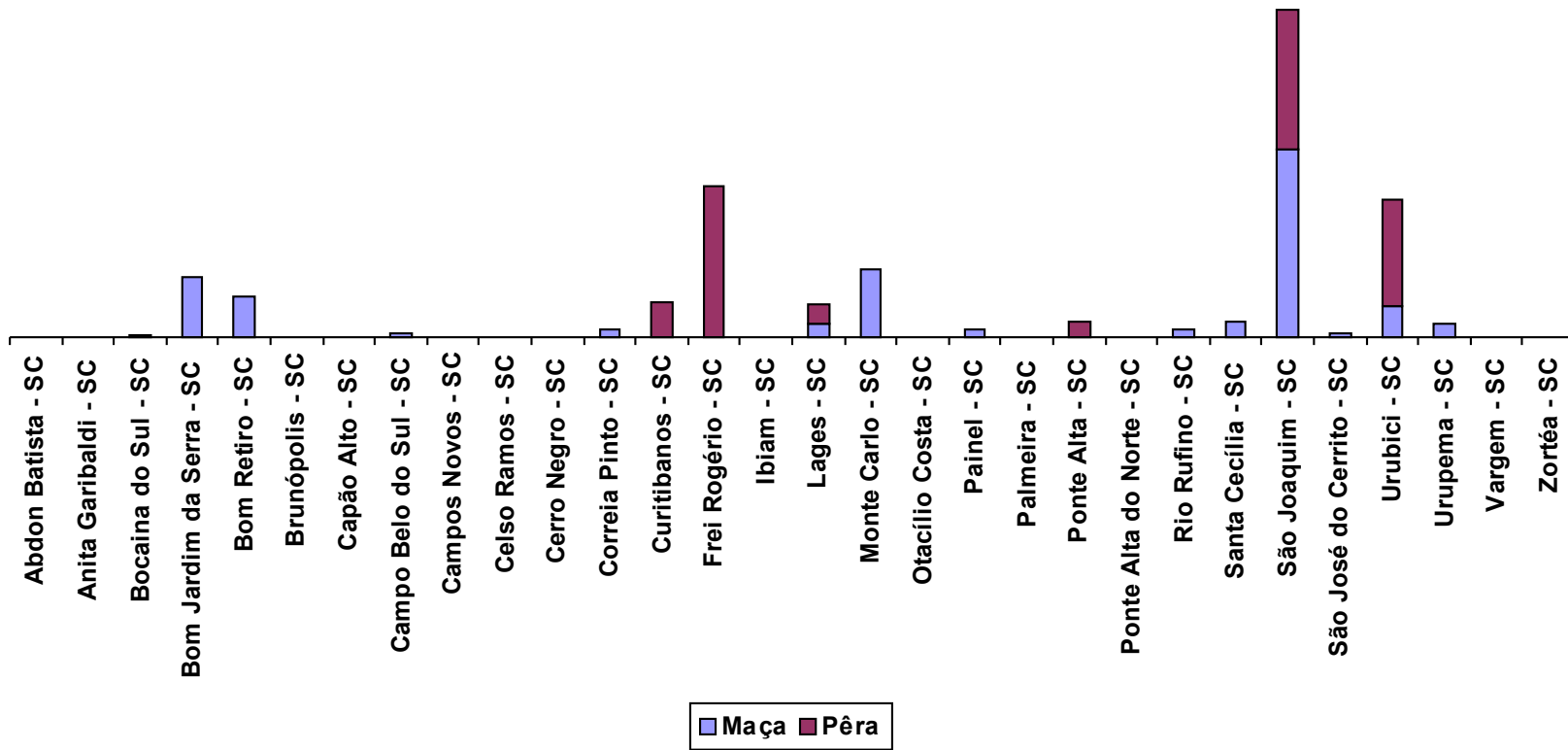
No que se refere as lavouras permanente, os dados de 2004 deixam claro a importância da fruticultura (maçã e pêra) para a produção do estado de Santa Catarina e do Brasil. A maçã produzida no Território Planalto Catarinense representa 48,82% da produção de Santa Catarina e aproximadamente 30% da produção do país. A produção de pêra representa 34,46% da produção de Santa Catarina e contribui com aproximadamente 3% da produção nacional.

Gráfico 5. Variação na quantidade produzida das principais lavouras permanentes no período de 1996 a 2004. Fonte: PAM, 2006.



Analisando a variação da quantidade produzida no período de 1996 a 2004, fica evidenciado que a produção de maçã teve uma ascensão de 1996 a 2001, sendo caracterizada uma queda abrupta nos anos 2000 e 2001. A partir de 2001 começa então ascender novamente. A produção de pêra teve um aumento no primeiro ano analisado e depois se manteve até 1999. Ficou evidenciado um pequeno pico na safra de 2000. A partir deste ano foi registrado uma queda abrupta na produção no ano de 2001, sendo que a partir deste ano a produção praticamente se manteve.

Gráfico 6. Participação de cada município na produção total das principais lavouras temporárias do território em 2004.

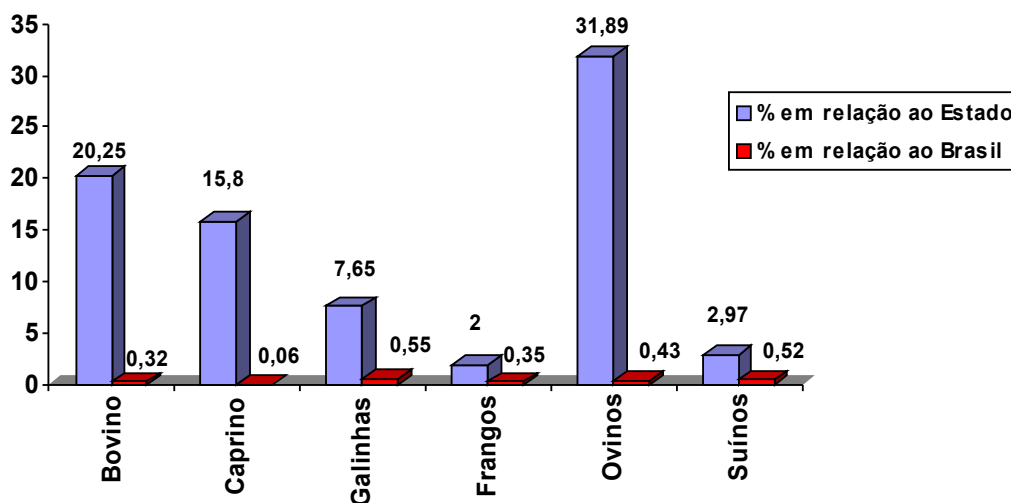


A análise do gráfico acima demonstra que a maçã está presente em quase todos os municípios da porção serrana do território, sendo que os municípios Bom jardim da Serra, Monte Carlo e São Joaquim apresentam uma maior produção. A pêra é produzida em Curitibanos, Frei Rogério, Lages, Ponte Alta, São Joaquim e Urubici.

Produção animal

A produção animal é bastante expressiva no território Planalto Catarinense. Em relação ao estado de Santa Catarina o território participa com 20,65% da produção de bovinos, 15,8% da produção de caprinos, 7,65% da produção de galinhas e 31,89% da produção de ovinos no estado. Frangos e suínos são menos significativos, sendo frangos 0,35% e suínos 2,97%. Em relação a representatividade do território no Brasil, a produção animal do território está situada abaixo de 0,55%, conforme mostra o Gráfico 7.

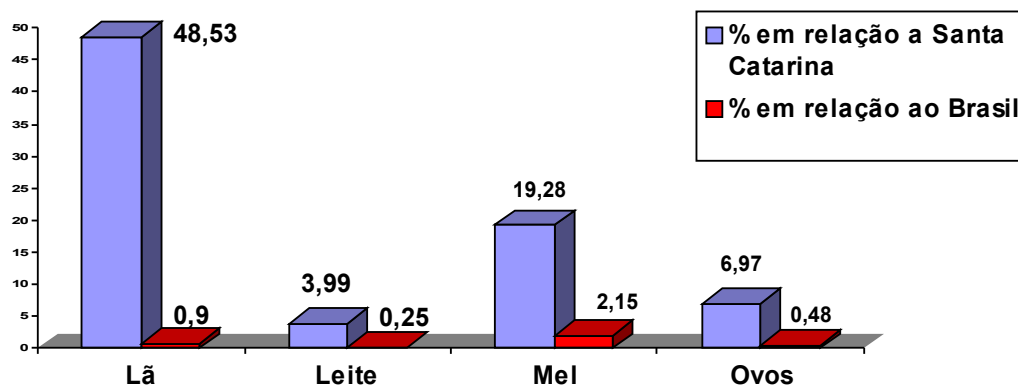
Gráfico 7 Participação em 2004 do território no número de cabeças dos principais rebanhos comerciais em relação ao Estado e ao Brasil;



Produtos de origem animal

Entre os produtos de origem animal a lã ocupa uma porcentagem bastante significativa em relação ao estado de Santa Catarina, sendo que 48,53% da lã do estado proveniente deste território. Em segundo e terceiro lugar respectivamente encontra-se o mel que ocupa 19,28% e os ovos que representam 6,97% da produção do estado. Em último lugar encontra-se o leite, representando 3,99% da produção de Santa Catarina. Em relação a representatividade destes produtos no país, apenas o mel representa 2,15% da produção nacional. Os demais produtos estão abaixo de 1%.

Gráfico 8 . Participação do território em 2004 na quantidade total produzida de leite, mel, ovos e lã no Brasil e em Santa Catarina.



A produção leiteira é bastante expressiva no território. A análise dos dados do Gráfico 9 mostram que no período de 1996 a 2004 o número de vacas ordenhadas teve um aumento até o ano de 1998, quando então houve uma redução até 2001. A partir deste período houve um aumento progressivo. No que se refere a produtividade, em 1996 foi registrada a maior produtividade do período (em torno de 1500 litros/vaca ordenhada/ano). A partir deste período houve um decréscimo de produtividade e posteriormente uma estabilização em 950 litros/vaca ordenhada/anos.

Gráfico 9. Número de vacas ordenhadas e produtividade

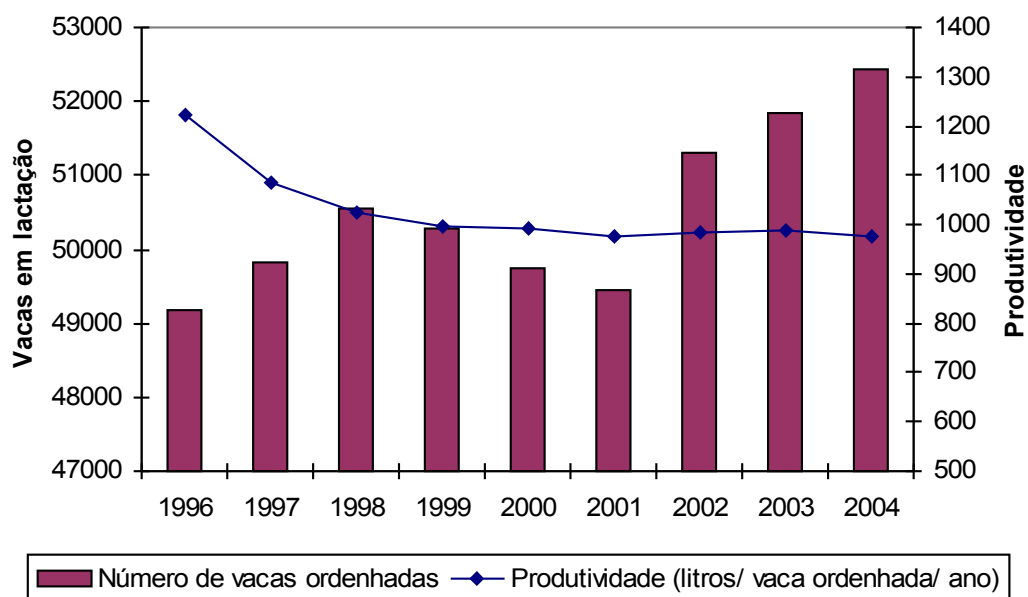
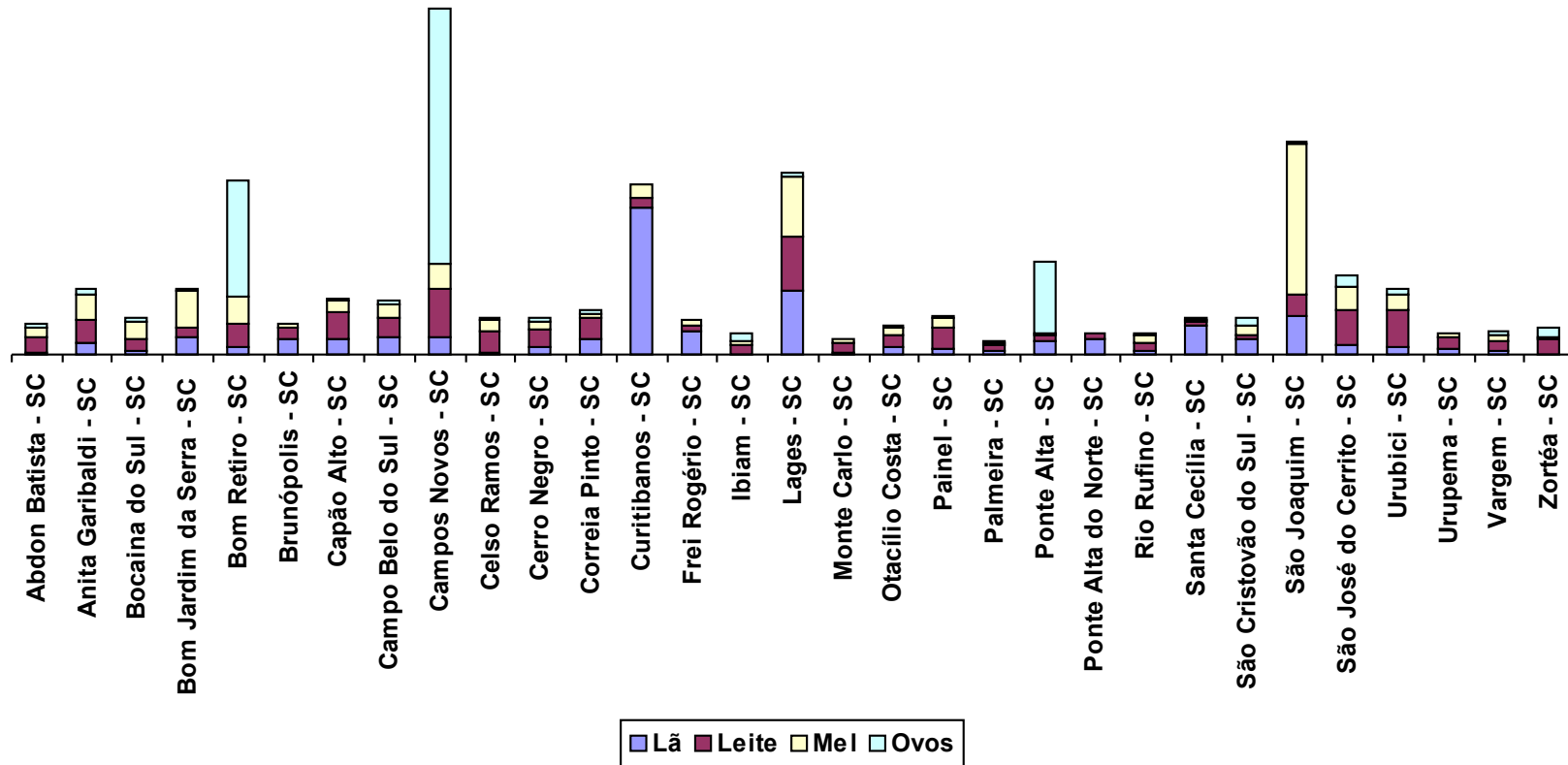


Gráfico 10. Participação de cada município na produção total nos POA do território em 2004.

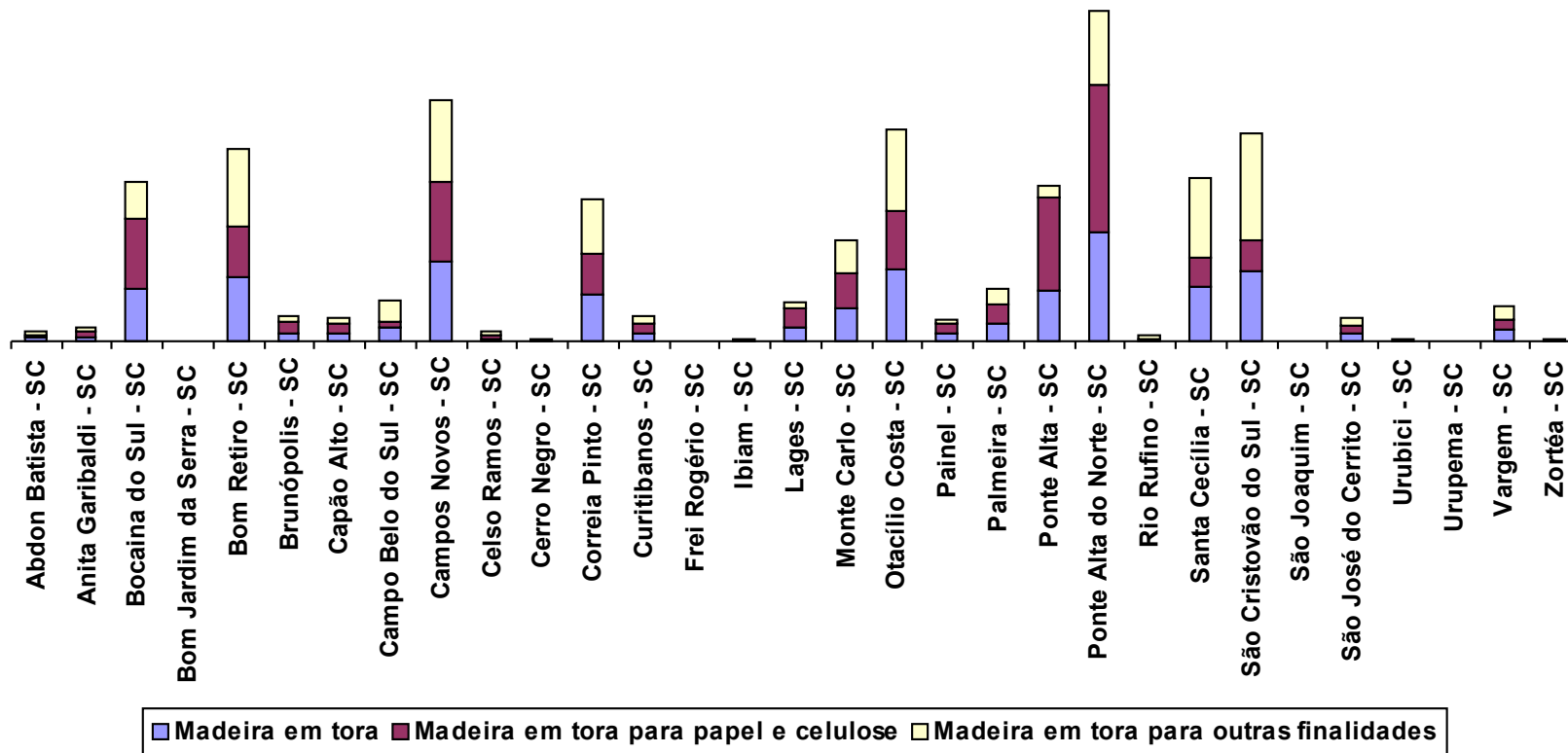


A análise do gráfico acima nos permite dizer que 29% dos municípios do território produzem lã, leite, mel e ovos. O leite é produzido em 100% dos municípios sendo mais expressivo em Lages, Campo Novos, São José do Cerrito e Urubici. Os ovos são produzidos em 29% dos municípios, com destaque para Bom Retiro, Campos Novos e Ponte Alta. A lã é encontrada em

83% dos municípios, sendo mais representativa em Curitiba e Lages O mel é produzido em 87% dos municípios e sua maior importância está nos municípios de São Joaquim e Lages

7.4 Silvicultura

Gráfico 11 Participação de cada município na produção total das principais silviculturas do território em 2004.



Os municípios que mais se destacam na silvicultura no território são Bocaina do Sul, Bom Retiro, Campo Novos, Otacílio Costa, Ponte Alta, Ponte Alta do Norte, Santa Cecília e São Cristóvão do Sul.

6.4 Outras atividades produtivas

1 A cultura do vime

O cultivo se concentra no território nos municípios de Rio Rufino, Bom Retiro, Bocaina do Sul, Urubici, Urupema, Painel e Lages, de onde expandiu-se para outras regiões do estado (Rio dos Cedros e Garuva) e do país. Atualmente, na região Serrana, 1266 famílias se dedicam ao cultivo de 1215 hectares de vime.

A produção anual é de 15790 toneladas de varas verdes (cerca de 6000 toneladas de varas secas, prontas para o artesanato). Segundo a Epagri apenas 10% do total colhido são transformados nos municípios produtores, o que confirma a baixa apropriação, pelos agricultores e artesãos, dos recursos gerados pela atividade na região. É necessário estimular a produção local de artesanato com melhor acabamento, pela introdução de novas técnicas e novos desenhos que atendam o mercado consumidor, mudando a realidade atual, onde 90% da produção é comercializada na forma de varas, para outras regiões do Estado e do país. Cabe salientar que no processo de transformação artesanal, 800 a 1000 quilos de varas secas são

suficientes para uma pessoa trabalhar o ano inteiro na confecção de peças. A produção anual gera ocupação para 6.000 a 7.500 pessoas, trabalhando em tempo integral, somente no artesanato, sem considerar o restante da cadeia produtiva.

A comercialização, inicialmente realizada diretamente entre produtores e consumidores, foi sendo paulatinamente assumida por intermediários, que detêm estoques e regulam o mercado, o que provoca oscilações dos preços. Os intermediários visitam isoladamente os produtores e compram o produto a granel, sem classificação e sem tipificação - os produtores desconhecem as exigências de qualidade requeridas pelos artesãos. Nessa forma de comercialização o produtor é prejudicado, os preços recebidos sofrem grandes flutuações e é ínfimo em relação ao que é cobrado dos artesãos. À medida que a atividade ganhou importância regional, produtores e suas lideranças sentiram a necessidade de melhorar o sistema produtivo e agregar valor ao produto pela transformação artesanal local. A Epagri, que até então não desenvolvia qualquer ação nesta atividade, reconhecendo sua importância social, econômica e ambiental, aliou-se aos produtores para seu

planejamento conjunto. Foram contratadas duas consultoras, nas áreas de agronomia e artesanato, ao tempo em que foi elaborado o "sistema de produção do vime", necessário à inclusão da cultura como atividade financiável no sistema nacional de crédito rural.

A consultoria evidenciou a importância e a dimensão da atividade e apontou para a necessidade de trabalhos de pesquisa e extensão rural, visando resolver os problemas resultantes da baixa apropriação, pelos agricultores e artesãos, dos recursos gerados pela atividade na região. Como principais entraves foram enumerados:

- Baixa agregação de valor à matéria prima;
- Dificuldade de acesso ao mercado consumidor;
- Pouca tradição em trabalhos associativos;
- Dificuldade de incorporação de novas técnicas de produção e transformação artesanal.

Outras instituições públicas e privadas, além da sociedade civil, demonstraram interesse em formar parcerias, oportunidade em que foi criado o Projeto de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Vime na Serra Catarinense. Fazem parte desse projeto:

- o Serviço Nacional de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae-SC);

- a Agência de Desenvolvimento da Serra Catarinense (Ageserra);
- a Associação de Produtores de Vime de Rio Rufino (Aprovime);
- a Cooperativa de Crédito Rural de Rio Rufino (Sicoob/SC - Cediunião);
- a Coop. de Artesanato de Vime e Outros Produtos do Planalto Catarinense (Cooperart)
- a Associação de Micro e Pequenos Empresários de Lages (AMPE).

Foi proposta a construção de uma Unidade de Capacitação, nas dependências do Cetrejo - Centro de Treinamentos da Epagri de São Joaquim -, para estimular o aprimoramento das áreas de produção de matéria-prima e da produção artesanal, pela incorporação de novas técnicas que permitam competição de mercado. A Unidade facilitaria a busca de conhecimento pelos agricultores, tendo em vista que hoje não existe uma estrutura regional para suprir esta demanda.

Individualmente, os agricultores não possuem condições financeiras para o aperfeiçoamento em outros locais. No projeto estão previstas ações em áreas importantes como pesquisa e extensão aplicadas ao

cultivo, capacitação para o trabalho artesanal, gerenciamento dos empreendimentos, além de assessoramento na organização e na comercialização dos produtores de vime. À par de várias ações desenvolvidas nas áreas de comercialização e de capacitação cumpre lembrar que, na área de pesquisa, foram instalados ensaios de densidade e espaçamento de plantio, durante três anos, além de uma coleção de cultivares e espécies oriundas do país e do exterior (Argentina, Chile e países da Europa). Um amplo trabalho de diagnóstico de solos e nutrientes foi realizado durante quatro anos. Os dados estão em fase de análise (Fonte: EPAGRI).

A agroecologia no território

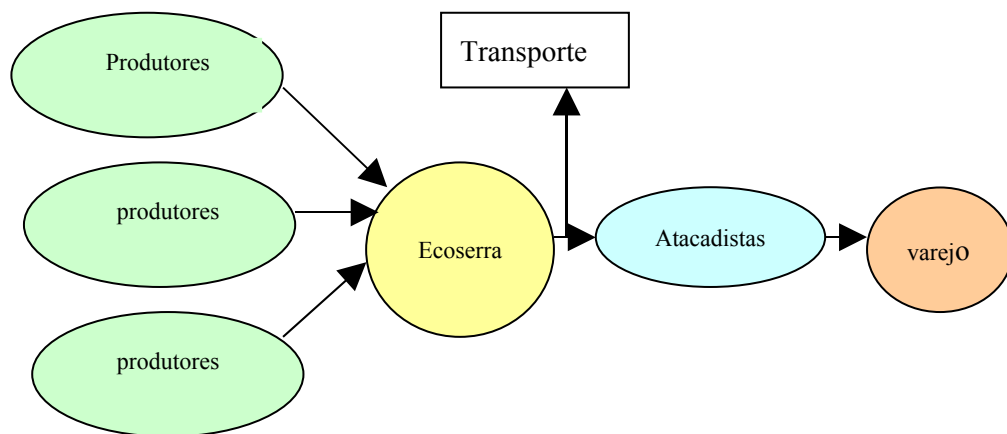
Uma experiência que merece destaque no Planalto Catarinense é a Cooperativa Ecológica de agricultores, consumidores e artesões da região serrana (Ecoserra). A Cooperativa foi fundada em 2002, com o objetivo de viabilizar a comercialização dos produtos orgânicos de seus associados, sendo formada pela diretoria, assembléia geral, conselho de administração e conselho fiscal. Atualmente conta com 192 associados.

A Cooperativa tem a comercialização de produtos orgânicos como seu principal diferencial, no entanto não se limita a comercializar, fazendo a compra de insumos e a organização da produção de seus associados. A Ecoserra vem trabalhando com as cadeias produtivas do mel, feijão, cebola, maçã, e outros produtos olerícolas, com vendas de 270 toneladas de produtos agroecológicos no ano de 2003. Em 2005 a Cooperativa comercializou em torno de 800 toneladas de produtos agroecológicos. No ano de 2003 o Infra-estrutura e serviços territoriais financiou a construção do entreposto de compra e venda de produtos ecológicos, coloniais e artesanais na cidade de Lages e a aquisição de um caminhão com capacidade para transportar 5 toneladas de produtos. O caminhão já foi adquirido e está servindo a cooperativa, enquanto que a sede da Cooperativa e o entreposto estão em fase final da construção. No ano de 2004 o Infra-estrutura e serviços territoriais financiou mais três entrepostos em municípios menores do território, fortalecendo a rede de comercialização que vem se constituindo no território do Planalto Catarinense.

Por meio da Ecoserra está se viabilizando a comercialização dos produtos orgânicos do território.

O principal canal de comercialização são Atacadistas do estado de São Paulo. O caminhão é abastecido de produtos no território e duas vezes por semana esses produtos são levados para São Paulo.

O esquema a seguir ilustra a dinâmica da Ecoserra.



Para que se tenha uma idéia da abrangência da cooperativa, apresentam-se os municípios e instituições atendidas por ela:

Celso Ramos: Prefeitura, Epagri, Cooperativa de Crédito, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Igreja

Anita Garibaldi: Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais,

Associação Agricultores Familiares Ecologistas e Igreja

Campo Belo e Cerro Negro: Prefeituras, Casa Familiar Rural , Igreja

Lages: Prefeitura, Centro VIANEI, Diocese da Igreja Católica

Painel: Prefeitura e indústria de madeiras Madepar

Bocaina do Sul: Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Indústria de Madeiras Madepar

Otacílio Costa: Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Epagri,

Associação dos Agricultores(as) Ecologistas e APAR

Urubici: Prefeitura, Cooperativa de Crédito, Associações de Agricultores

Ecologistas, Epagri e Igreja

São Joaquim: Prefeitura, Epagri, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Rádio Comunitária, Cooperativa Ecológica e de Crédito

Bom Retiro: Prefeitura Municipal, Epagri e Associação de Agricultores Ecológicos;

Ponte Alta e Correia Pinto: Prefeitura Municipal, Associação dos

agricultores

São José do Cerrito: ACROSANP e Casa Familiar Rural; (Fonte: Projeto Consad Campos de Lages)

Organizações, programas, projetos do território

No que segue será apresentado as principais organizações, assim como planos e projetos que estão sendo desenvolvidos no Planalto Catarinense que tem impacto sobre o desenvolvimento do território.

Movimentos sociais

Os movimentos sociais atuantes no território Planalto Catarinense são os Sindicatos de Trabalhadores Rurais federados na FETAESC, os Sindicatos da Agricultura Familiar federados na FETRAF-SUL, em estágio inicial os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Associações do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) representados nacionalmente pela Associação Nacional dos Pequenos Agricultores (ANPA). A construção da usina hidrelétrica Campos Novos, no rio Canoas, fomentou a atuação do o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no território. O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra (MST) também estão presentes no território.

CONSAD (Consórcio Municipal de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local) - CAMPOS DE LAGES-SC

Responsáveis locais: Centro Vianeí de Educação Popular (EIR) com a participação da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac)

FAO (Food Agriculture and Organization) e MDS (Ministério do Desenvolvimento social) antigo MESA.

Parcerias: Consad é uma forma de associação entre os municípios com a participação da sociedade civil e do poder público, no sentido de viabilizar ações baseadas na cooperação entre os atores que tem como objetivo gerar trabalho e renda.

Estratégia: a formação e a implantação Consad ficará a cargo das Entidades Implementadoras Regionais (EIR), aonde são previstas 3 etapas básicas: mobilização, definição de planos e projetos e implantação dos mesmos.

Objetivos: visa a criação de alternativas de desenvolvimento local através da remoção sistemática de entraves ao melhor aproveitamento dos recursos e potencialidades das localidades, promovendo ações

direcionadas ao atendimento dos requisitos da segurança alimentar. Neste sentido o foco de atuação está direcionado para induzir ações conjunturais e estruturais que potencializam o capital social e humano local, bem como fomentar o uso adequado de recursos naturais e as potencialidades de cada região.

Diretrizes:

A organização do CONSAD deve estar centrada em uma estrutura decisória, cujo procedimento deliberativo terá características de um fórum regional, em que as decisões deverão ser negociadas e pactuadas entre todos os atores sociais envolvidos. A partir desse processo decisório, serão constituídos planos de desenvolvimento integrados regionalmente centrados na definição de um conjunto de ações, metas, responsabilidades e um processo de monitoramento e avaliação das atividades executadas.

As atividades da EIR:

Primeiro momento: apresentação da proposta do Consad aos atores estaduais e locais.

Segundo momento: realização de capacitação dos agentes municipais.

Terceiro momento: indicação dos representantes municipais.

Quarto momento: formação de 5 Grupos de Trabalhos (GTs)

Propostos pelo MDS: Gt Agricultura Familiar, Gt Microcrédito, GT economia Solidária e GT Inclusão Digital;

Proposto pelo Consad: GT Executivo cuja função é articular instituições estaduais e municipais visando à elaboração de projetos comuns, além de analisar todos os projetos antes de enviá-los ao MDS.

Linhas estratégicas de atuação:

A - Projetos intermunicipais de desenvolvimento consolidados ou em fase de consolidação - 9 projetos

Banco família

Consórcio Intermunicipal de saúde da AMURES

Cooperativa de crédito rural de livre adesão

Cadeia produtiva do vime

Comercialização de alimentos agroecológicos

Casa Familiar Rural

João de barro

Alívio à pobreza e geração de trabalho e renda

Saneamento básico

Projetos intermunicipais em fase de estruturação

- 7 projetos

Banco regional de alimentos
Microcrédito - CEADe
Cooperativa de crédito rural - Crediraízes
Inclusão digital
Rede de economia solidária
Desenvolvimento territorial da Serra Catarinense
Central de apoio às cooperativas e associações
rurais do Planalto Catarinense

Projetos locais de desenvolvimento - 11 projetos

Feiras pecuárias - São José do Cerrito
Shopping rural - Bocaína do Sul
Barragem e sociedade de Ordenamento Fundiário
Artesanato de lã de ovelha - São Joaquim
Cooperativa de produção - São Joaquim
Turismo rural "Caminho das Neves" - São Joaquim
Associação de produtores de pinhão de Painel
Pastoral da Saúde - Otacílio Costa
Cooperativa de Crédito do Sindicato dos
Trabalhadores nas Indústrias do papel, papelão e
cortiça - Otacílio Costa
Artesanato de couro - Cerro Negro
Despertar - Otacílio Costa

Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT)

O território já realizou quatro oficinas territoriais, sendo que a primeira oficina de Alinhamento Conceitual, Metodológico e Articulação das Ações Territoriais ocorreu nos dias 06 e 07 de julho de 2004 na cidade de Lages, a segunda ocorreu nos dias 28 e 29 de outubro do mesmo ano na cidade de Curitiba com o tema Sensibilização, Mobilização e Articulação. Em 2005 ocorreram oficinas nos dias 16 e 17 de junho em Campo Novos e em Lages nos dias 21 e 22 de julho. Além dessas atividades houve outros encontros de planejamento da CIAT.

O primeiro evento teve o papel de sensibilizar os atores territoriais para participar no processo de gestão e elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, enquanto que o segundo evento já possuía um caráter mais voltado a fortalecer a entidade gestora do território e definir os eixos estratégicos e projetos territoriais a serem contratados com os recursos do Infra-estrutura e Serviços Territoriais. As atividades de 2005 trataram da questão do Planejamento e Gestão do Território.

A partir da realização desses eventos, se percebe que algumas entidades do Planalto Catarinense assumiram com bastante determinação e autonomia a tarefa de fortalecer a institucionalidade gestora do território. O Planalto Catarinense a semelhança dos demais territórios de Santa Catarina constituiu uma comissão para definir critérios e priorizar os projetos do Pronaf Infra-estrutura. Esta comissão vem se reunindo com uma certa periodicidade, sendo que a primeira reunião foi realizada conjuntamente com o Conselho Gestor do Consad da Serra Catarinense, que consiste em outra institucionalidade de caráter territorial que coexiste no território do Planalto Catarinense. Além dessa reunião, já foram realizadas outras duas aonde vem sendo detalhado o Plano de Trabalho do Centro Vianei de Educação Popular, que foi definido como a instituição apoiadora da institucionalidade gestora do território Planalto Catarinense.

As entidades que hoje respondem pelo território do Planalto Catarinense frente às ações da SDT-MDA são as seguintes:

Tabela .3.Entidades, nome dos representantes e respectivas localidades dos integrantes da CIAT Planalto Catarinense de Santa Catarina.

Entidade	Nome	Município
AMPLASC	Neuza Rauen	Campos Novos
Casa Familiar Rural	Orival/Inêz	São José do Serrito
Centro Vianeir	Natal João Magnanti	Lages
COPLASC	José Delavi	Campo Novos
EPAGRI	Antônio Edu Arruda	Lages
FETAESC	Sebastião Rosa	São José
MST	Antonio M. Giroto	
Prefeitura Municipal		Campo belo do Sul
Prefeitura Municipal		Otací.lio Costa
SDR		Campos Novos
SDR		Campos Novos
SDR		Curitibanos
SDR		Lages
SDR	Afrânio de Oliveira	São Joaquim
SICOOB		Lages
STR	Hamilton Bastos	Curitibanos
STR	Manoel Nascimento Pereira	São Joaquim
UNIPLAC/CONSAD	José Batista	São Joaquim

A Comissão de Instalação das Ações Territoriais (CIAT Planalto Catarinense) vem se apropriando de instrumentos que visam a gestão social do território, no entanto não se pode desconsiderar as outras ações de caráter semelhante que já ocorrem no território, uma vez que essas vão interferir diretamente nas ações que vem sendo planejadas.

Projeto de recuperação ambiental e de apoio ao pequeno produtor rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2

O Projeto Microbacias 2 é coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural - SDR (Coordenação) e possui como executores a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri, Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina - Icepa e Fundação do Meio Ambiente - Fatma.

O principal objetivo do Projeto é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população rural de Santa Catarina, através da preservação, recuperação e

conservação dos recursos naturais, do aumento da renda, das condições de moradia e estimulando uma maior organização e participação no planejamento, gestão e execução das ações. O Projeto está sendo desenvolvido em todo o estado de Santa Catarina, em um total de 879 microbacias hidrográficas, o que representa 52% das microbacias existentes. Para definir as microbacias atendidas foram utilizados dois critérios:

(a) Critério socioeconômico:

Para a valoração deste critério foram utilizados 5 parâmetros. A somatória destes parâmetros multiplicada por 60% (0,6) indica a pontuação obtida neste critério.

(a i) Parâmetros do critério socioeconômico:

- soma do percentual de agricultores periféricos e em transição 1 existentes no município, em relação ao total de agricultores;

- percentual de agricultores de transição 2 existentes no município, em relação ao total de agricultores;

- percentual de população indígena em relação à população rural;

- percentual de população rural em relação à população total do município;

- Índice de Desenvolvimento Social (IDS) alcançado pelo município.

(b) Critério Ambiental:

Para a valoração deste critério foram utilizados 4 parâmetros. A somatória destes parâmetros multiplicada por 40% (0,4) indica a pontuação obtida neste critério.

(b.i) Parâmetros do critério ambiental:

- concentração de suínos por km² do município;

- intensidade de consumo aparente de agrotóxicos por hectare cultivado no município;

- percentual da área de culturas anuais do município cultivada no sistema convencional de preparo do solo;

- percentagem de cobertura florestal primária e secundária existente no município.

A Pontuação final obtida pelo município é calculada pela soma da pontuação obtida no critério socioeconômico mais o ambiental. Os municípios foram classificados em 3 níveis, considerando a somatória da pontuação obtida no critério socioeconômico e ambiental.

i) Municípios de nível 1: São os municípios classificados, com maior pontuação na classificação geral entre 1 a 98. Os municípios assim classificados poderão trabalhar até $2/3$ (dois terços) das microbacias existentes nestes municípios e cada microbacia deverá ter em média 120 famílias.

ii)Municípios de nível 2: São os municípios classificados, com maior pontuação na classificação geral entre 99 a 197. Os municípios assim classificados poderão trabalhar até $\frac{1}{2}$ (metade) das microbacias existentes nestes municípios e cada microbacia deverá ter em média 120 famílias.

iii)Municípios de nível 3: São os municípios classificados, com maior pontuação na classificação geral entre 198 a 293. Os municípios assim classificados poderão trabalhar até $1/3$ (um terço) das microbacias existentes nestes municípios e cada microbacia deverá ter em média 120 famílias.

Em termos de recursos financeiros, o Microbacias 2 conta com um total de U\$ 107,5 milhões, sendo 59% financiado pelo BIRD e 41% de contrapartida do Estado de Santa Catarina, para um período de 6 anos (2002 a 2008). No território Planalto Catarinense foram priorizadas 127 microbacias, totalizando 21691

famílias atendidas, sendo. Por meio do Projeto estão atuando no território 85 facilitadores. Se o projeto observar a questão da proporcionalidade, é possível estimar que de forma direta e indireta, existe a possibilidade de um aporte de 15,53 U\$ milhões para o território.

Projeto Meu Lugar

Responsáveis: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPG/SC) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). SDR e municípios.

Objetivos: criar condições para a transformação das regiões administrativas em pólos de desenvolvimento sustentável.

Fomentar, desenvolver e consolidar o desenvolvimento local sustentável e integrado, e a melhoria da qualidade de vida da população.

Estratégias: A partir das teorias de desenvolvimento territorial e estratégias de planejamento participativo, comprometer os agentes de desenvolvimento local e regional, os conselhos Regionais e as Organizações da Sociedade Civil com

conceitos e estratégias elaboradas de forma democrática e que podem criar um ambiente favorável ao desenvolvimento regional.

Eixos prioritários:

fortalecer e consolidar no território estratégias de desenvolvimento local sustentável;

Desenvolver o capital humano e social e potencialidades;

Promover a produção diversificada, contemplando as vocações locais;

Promover integração interinstitucional, oportunizando a sociedade organizada participação nas decisões locais;

Fortalecer a representatividade política comprometida com o desenvolvimento da região;

Articular políticas para o uso racional dos recursos naturais;

Adequar continuamente o desenvolvimento regional ao seu parâmetro populacional

Por meio do projeto Meu Lugar serão desenvolvidos no território 4 Planos de Desenvolvimento Regional. Um com abrangência dos municípios da SDR da microrregião de São Joaquim, outro na abrangência da SDR da microrregião de Lages, outro da microrregião de

Curitibanos e outro em Campos Novos. Na Secretaria de Desenvolvimento regional de Campos Novos o Plano já está elaborado, sendo que para a área da agricultura, possui os seguintes eixos prioritários:

apicultura

piscicultura

agricultura orgânica

uvas viníferas/sucos

plantas bioativas /condimentares

plantas ornamentais e flores

frango caipira

bovino de leite

A SDR de São Joaquim também já finalizou o Plano de Desenvolvimento Regional. A SDT de Curitibanos está em fase de redação do Plano.

Programa Luz para Todos

Segundo os dados do Comitê Gestor Estadual, fornecidos pela assessoria de comunicação da Eletrosul Centrais Elétricas S. A Programa Luz para Todos tem a meta até 2006 de zerar o déficit de ligações em Santa Catarina.

O território ainda demanda muita luz elétrica em todos os municípios, sendo que Cerro Negro é o município que tem a menor cobertura de luz elétrica, pois 29,5% da população ainda esta no escuro, seguido de São José do Cerrito com quase 23% da população sem energia e Campo Belo do Sul com pouco mais de 18% de domicílios sem energia. Os dados obtidos em agosto de 2005 informaram também que o déficit total do território é 3,77%, estando a cima do déficit do estado que é 1,33%. Lages é o município com menor déficit do território com apenas 1,03% dos domicílios sem energia elétrica.

Responsáveis: Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - **Epagri**, Governo do Estado de Santa Catarina e Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

Objetivos: através da pesquisa e extensão busca elevar a produtividade do trabalho, o que significa geração de conhecimentos e informações em qualidade e quantidade, com alto nível de utilização pelas famílias dos agricultores e pescadores, dentro de um espaço relativamente curto entre a geração e incorporação de tecnologias sustentáveis.

Específicos:

promover a melhoria de vida do meio rural e pesqueiro;

buscar a competitividade da agricultura catarinense frente a mercados globalizados, adequando os produtos às exigências dos consumidores;

promover a preservação, recuperação, conservação e utilização sustentáveis dos recursos naturais.

Estratégias ou Eixos prioritários:

Projeto destaque: Desenvolvimento Sustentável (Local) em Microbacias Hidrográficas com a implantação do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Prapem/Microbacias 2).

Estratégia deste projeto: busca convergência com a proposta da descentralização das ações e participação da municipalidade na promoção do desenvolvimento rural sustentável

As informações disponíveis não permitem identificar todos os projetos do PAT no território, no entanto é possível verificar que todos os 6 programas desenvolvidos pela Epagri, possuem atuação no território. Para desenvolver suas ações a Epagri disponibiliza para o território 93 técnicos, sendo que desses aproximadamente 60 são de nível superior e 40% de nível médio. Além desses ainda existem os facilitadores que trabalham nas microbacias, os dados de agosto de 2005, informaram que havia no território 27 técnicos atuando no Projeto Microbacias.

**Plano Estadual de Reforma Agrária de Santa Catarina /
2004-2005**

Responsável: INCRA

Parcerias: Prefeituras municipais, MST, CCA, EPAGRI, ICEPA, FETRAF-Sul, COOPTRASC, FETAESC, MMA, FATMA, AESCA, Secretaria da Agricultura de SC, UFSC, UNOCHAPECÓ, PRONAF, CPT.

Prioridades: populações rurais tradicionais, comunidades remanescentes de quilombos, mulheres trabalhadoras rurais, jovens, ocupantes não índios de terras indígenas, populações ribeirinhas e atingidas por barragens.

Iniciar com projetos pilotos de regularização fundiária com o escopo de facultar as famílias que ocupam terras irregularmente, a condição de obter uma escritura pública, inserindo-as no processo de desenvolvimento regional.

Estratégia: construído pelo conjunto de entidades do setor público e da sociedade civil, segue as diretrizes gerais do Plano Nacional de Reforma Agrária e incorpora a realidade regional e local indicando a necessidade de construir planos diferentes para cada região. Utiliza o conceito e as práticas do desenvolvimento territorial gestionando pela unificação dos planejamentos e recursos para os territórios priorizados.

Objetivos:

Realizar o desenvolvimento dos territórios com inclusão social e cidadania, democratizando o acesso a terra, dinamizando a economia regional e incluindo agricultores familiares e assentados da reforma

agrária na vida econômica, social e política dos territórios priorizados;

Fazer com que a produção dos agricultores assentados da reforma agrária se torne um dos eixos das políticas de segurança alimentar;

Balizamento dos trabalhos necessários à reforma agrária de SC.

Diretrizes do PRRA:

A - Democratização do acesso a terra

Dar continuidade ao processo de reordenamento fundiário do estado;

Definir estratégia de obtenção de terras, priorizando territórios pra direcionamento das ações de desapropriação;

Combinar diversos instrumentos de obtenção.

B - Universalização do acesso aos direitos constitucionais, direitos humanos e redução de desigualdades

Reconhecer os direitos territoriais das comunidades rurais tradicionais;

Reconhecimento das comunidades remanescentes dos quilombos

Retirada e recolocação de trabalhadores rurais ocupantes de áreas indígenas.

C - Desenvolvimento rural sustentável

Construção de um novo modelo de assentamento que assegure o sucesso da inserção dos assentamentos na economia local, regional e estadual;

Recuperar os projetos de assentamentos já criados, priorizando ações nos territórios definidos para a construção de planos de desenvolvimento

Retomar lotes irregularmente ocupados;

Promover forte integração interinstitucional para garantir o sucesso da política de reforma agrária no estado;

Promover a sustentabilidade ambiental

D - Desenvolvimento territorial

Mapeamento de seis territórios de ação e intervenção

Pronaf infra-estrutura

Estudo das cadeias produtivas

E - Política de segurança alimentar

Viabilização do Pronaf

Inserção nos programas Compra Direta, Compra Antecipada e Compra Local.

Linhas estratégicas de atuação da política agrária

Propostas para obtenção de áreas -preferência às regiões I, II, e III;

Recuperação de assentamentos criados a partir de 1986;

Promoção da igualdade em gênero, raça e etnia - com reassentamento de não índios ocupantes de terras indígenas;

Titulação e apoio ao etnodesenvolvimento em áreas remanescentes de quilombos;

Documentação para mulheres trabalhadoras rurais;

Meio ambiente.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar (Pronaf)

Em número de contratos para investimento o território obteve 255 contratos e em termos de valores foram R\$. 2.682.4150 PRONAF investimento do grupo A demonstra que os melhores resultados estão nos municípios de Santa Cecília, Ibiam e Campos Novos, tanto no número de contratos como no valor do financiamento. O território foi responsável por 2,6% dos contratos e 3,3% do valor estadual.

Para o grupo C, os municípios de Anita Garibaldi, Curitiba e Frei Rogério foram os mais beneficiados em número de contratos e em valores nominais. A região teve 3,5% dos contratos e 2,6% do valor estadual.

No grupo D, São Joaquim e Campos Novos ocuparam as duas primeiras posições em número de contratos e em valores alocados, Bom Retiro foi o terceiro em número de contratos e Campo Belo do Sul o terceiro em volume de recursos. O território teve 5% dos contratos e 5,5% dos valores estaduais financiados.

Já no grupo E, os municípios de Anita Garibaldi, Campos Novos, Bom Retiro e Ponte Alta foram os únicos a fecharem contratos, todos eles conseguiram somente um contrato. Em valores, foi Bom Retiro, Ponte Alta, e Anita Garibaldi os maiores beneficiados. Na região os contratos representaram menos de 1% e 1,2% em valores.

No que se refere ao custeio os dados mostram o território em 2003/2004 teve um total de 9086 contratos, gerando um total de recursos de R\$ 31.772.538. O custeio do grupo A/C mostra que Curitiba e Cerro Negro foram os únicos do território beneficiados e tanto em número de contratos como em valores estiveram na mesma posição. O

território teve assim 4,8% dos contratos e 6,8% do valor estadual.

Para o grupo C, Anita Garibaldi, São José do Cerrito e Abdon Batista foram os maiores beneficiados em contratos e em valores. O território deteve quase 21% dos contratos e 21,4% do valor estadual.

No grupo D, São Joaquim foi o primeiro em contratos e também em valores, Campos Novos foi o terceiro em contratos e o segundo em valores, e Bom Retiro foi o segundo em contratos e Abdom Batista foi o terceiro em valores. A região teve mais de 14% em contratos e mais de 15% dos valores estaduais.

Em relação ao grupo E Urubici lidera em numero de contratos, seguido por Curitibanos e Frei Rogério e em valores o primeiro colocado é o município de Curitibanos, seguido por Frei Rogério e depois Brunópolis. Em contratos a região teve o equivalente a 11,7% dos contratos estaduais e a 13,9% dos valores de SC.

Considerações sobre o Ambiente Institucional de Apoio

Para iniciar, pode-se afirmar que o processo de constituição do Consad já resultou em um Plano de Desenvolvimento Territorial, que deve ser percebido

como um elemento estratégico no processo de elaboração do PTDRS do território. Além do plano elaborado pelo Consad, também estão sendo elaborados outros planos de caráter intermunicipal na área de abrangência do Planalto Catarinense.

Pode-se citar os Planos de Desenvolvimento Regional das Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR's, sendo que no espaço do território do Planalto Catarinense existem quatro dessas secretarias. No espaço da SDR de São Joaquim também está sendo articulada uma ação integrada do governo federal, que vem sendo coordenada pelo Ministério do Planejamento e se denomina "Pacto de Concertação". O Pacto de Concertação consiste numa articulação do governo federal que visa aplicar suas políticas públicas de forma integrada em locais que possuam um Plano de Desenvolvimento, visando atender as demandas geradas pelo espaço e, por consequência, promover o desenvolvimento.

Ademais dos planejamentos dos Consad e das SDR's, podemos identificar uma série de outras com caráter intermunicipal que efetivamente interferem no processo de gestão do território e possuem potencial para interferir nos rumos do desenvolvimento do mesmo.

Dentre as que considera-se mais relevantes, pode-se citar:

Associações de Municípios: No território do Planalto Catarinense estão municípios pertencentes a quatro associações de municípios distintas (AMMOC, AMPLASC, AMURES e AMARP), sendo que as mais representativas em termos de municípios que integram o território são AMURES e AMARP. Estas associações de municípios já existem de longa data e consistem em espaços bastante consolidados, o que gera, dependendo do território, uma identidade e sentimento de pertencimento muito forte a população. Ainda que seja um espaço importante para a gestão social dos territórios, Associações de Municípios são fortemente identificadas com o poder público municipal, o que a distância dos espaços de gestão não públicos e da sociedade civil.

Consórcios Intermunicipais: Em sua maioria estes consórcios estão vinculados as associações de municípios e por sua vez aos poderes públicos municipais. No interior do Planalto Catarinense identificamos a existência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMURES, que existe desde 1997 e está sediado no município de Lages, onde possui um centro

clínico e infra-estrutura alugada para realizar algumas consultas médicas e alguns exames, tais como: eletrocardiograma, ultra-sonografia, etc). Além dessa unidade, o Consórcio mantém convênios de prestação de serviços com laboratórios e clínicas médicas (13 clínicas e 32 profissionais). O custo dos serviços prestados fica em torno de 25% a 30% do valor cobrado pelos profissionais em clínicas particulares (Relatório Final TCP/BRA/2905 - Informe da Região Sul).

Cooperativas de Crédito Rural: A região possui uma longa experiência com o cooperativismo, mas o cooperativismo de crédito desvinculado de cooperativas de produção é algo recente. Essas experiências tem correspondência em uma articulação mais ampla que aconteceu a nível de Santa Catarina e foi puxada pela Rede Cepagro de Organizações Não Governamentais. No Planalto Catarinense essa experiência iniciou nos municípios de São José do Cerrito e Abdon Batista. Essas cooperativas estão formadas majoritariamente por agricultores familiares, ainda que a maioria esteja inserida no mercado. A existência do Pronaf veio viabilizar a participação de muitos agricultores de renda inferior a R\$ 40.000,00, o que ampliou

significativamente o capital social das cooperativas e trouxe duas conseqüências positivas de caráter indireto para aquelas instituições: a) aumento dos depósitos dos associados em conta corrente e poupança; b) benefícios aos agricultores sócios através dos rebates e das taxas de juros menores. Com o êxito das experiências de cooperativismo de crédito desvinculado do cooperativismo de produção, os sistemas de crédito existentes até aquele momento perceberam a viabilidade dessa possibilidade e passaram a multiplicar novas cooperativas. Hoje, existem mais de uma dezena de cooperativas de crédito no Planalto Catarinense, sendo que muitas dessas pertencem ao Sistema de Crédito Solidário (CRESOL) que se fortaleceu significativamente com base na experiência das primeiras cooperativas formadas com o apoio da Rede Cepagro. As cooperativas de São José do Cerrito e Abdon Batista permanecem filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo do Brasil (SICCOB).

7. ANÁLISE DE AMBIENTE

ANÁLISE DE AMBIENTE EXTERNO

- a) **Oportunidades:** Globalização da Economia, Agroecologia e Turismo Rural, Participação no Planejamento do Território (CIAT), Compras Institucionais (exemplo da CANAB), Linhas de Crédito PRONAF, Políticas Públicas (Seg. Alimentar, economia solidária, mercado escolar), Novas Culturas (Agroecologia) e Atividades, Programa para Educação no campo, Existência de um programa do Governo Federal da escola ideal, Escolas Familiar Rural e Jovem empreendedor Rural, CEDUP, CEFET, Escolas de Agronomia, Centro Agroveterinário.
- b) **Ameaças:** Sistema Econômico, Política agrícola, Normas de Inspeção, Legislação Sanitária, Clima, Concentração Fundiária, Nucleação Escolar, Modelo Agrícola Dominante - Agronegócio, Monocultura do Pinus, Seg. AGR pouco acesso, Baixo preço dos produtos agropecuários, transgênicos.

ANÁLISE DE AMBIENTE INTERNO

- a) **Pontos Fortes:** Organização Territorial, Localização Geográfica (BR 116, 470, 282), Cooperativas de Crédito, Identidade Cultural, Recursos Naturais, Clima Hidrografia Ambiente, Existência de Escolas Itinerantes, Infraestrutura

de acesso a Municípios com algum município sem asfalto, aumento da organização.

- b) **Pontos Fracos:** Falta de Informação, falta de planejamento, desorganização de produtores, falta de organização, Topografia e Fertilidade do solo, Produtor descapitalizado, Falta e/ou pouca agregação valor, Divergências Políticas (partidarismo), Individualismo, Clima (hortaliças), Monocultura, Falta de Estrutura para Comercialização no Território, Pouco acesso à Terra, êxodo da juventude e envelhecimento da população Rural.

Debate: As formas como os jovens participam do sistema de gerenciamento da propriedade rural. Falta de Renda. Educação??? Cooperação Familiar, questão cultural, Investimento Público mais destinado para a cidade. Liberdade financeira entre mulheres e jovens.

8. EIXOS AGLUTINADORES DO PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

EIXOS	LINHAS DE AÇÃO	PROGRAMAS	PROJETOS	EQUIPE
<p>GERAÇÃO TRABALHO E RENDA</p>	<p>1. Melhorar a fertilidade solo;</p> <p>2. Apoio às principais cadeias produtivas do território (vime, pinhão, fruticultura, ovinocultura, maca, batatinha, madeira, mel, erva mate, leite olericultura, grãos:feijão, milho, moranga, bovino de corte, piscicultura).</p> <p>3. Articulação das políticas públicas existentes, buscando ampliação de mercado para os produtos rurais do território;</p> <p>4. Viabilizar os serviços de inspeção e certificação para os produtos da agricultura familiar;</p>	<p>1.1. Melhoria do solo através de utilização de calcário, adubação verde, rotação de cultura e demais adubos orgânicos e práticas conservacionistas;</p> <p>2.1. Levantamento dos principais entraves e definir ações estratégicas;</p> <p>2.2. Melhoria das cadeias produtivas;</p> <p>2.3. Organização dos arranjos institucionais de algumas cadeias;</p> <p>3.1. Estabelecer parcerias com Consad, cooperativas, PAA, prefeituras, SDRs, Fome Zero, Economia Solidária, etc.</p> <p>4. 1. Certificação através da discussão de grupos coletivos (agroecologia).</p> <p>4.2. Implementar o SUASA (Sistema Único de Acompanhamento</p>		<p>Vergínio Moretti Selênio Sartori Orli de Sousa Ivo Zapparolli Carlito Lins</p>

	<p>5. Criar centros de armazenamento, distribuição e/ou comercialização dos produtos da agricultura familiar;</p> <p>6. Viabilizar o acesso ao crédito produtivo e orientado para as linhas estratégicas definidas pelo território através de organizações dos próprios atores locais;</p> <p>7. Pesquisar e implementar sistemas agroflorestais como alternativas de renda para a agricultura familiar, a exemplo da apicultura, produtos madeiráveis, criação de animais, etc...</p> <p>8. Ampliar a agregação de valores aos produtos da agricultura familiar;</p> <p>9. Implementar pesquisa participativa para avaliar a importância da alternativa de diversificação e da</p>	<p>Sanitário Agropecuário) no território.</p> <p>4.3. Ampliar as parcerias com as entidades oficiais de Sanidade Agropecuária.</p> <p>5.1. Ampliar e fortalecer os projetos existentes e novos (Ecoserra, dentre outros).</p> <p>5.2. Banco de alimentos regiões.</p> <p>5.3. Organização da produção para formação de estoques reguladores;</p> <p>6.1. Crédito Rural Orientado.</p> <p>7. 1. Pesquisa participativa.</p> <p>8.2. Um programa de agroindustrialização (de revitalização e de implementação) para agregação de valor.</p>		
--	---	---	--	--

	<p>produção para o auto consumo.</p> <p>10.Realizar estudo econômico comparativo sobre alternativas de rendas não agrícolas no meio rural (a exemplo do turismo rural, artesanato, agroindústrias, dentre outros).</p> <p>11.Criar mais oportunidades para os jovens permanecerem no campo/rural, tais como o acesso a crédito, dentre outras políticas e oportunidades.</p> <p>12.Fortalecimento da Agroecologia em todas as suas dimensões como alternativa ao modelo hegemônico;</p>	<p>9.1. idem.</p> <p>10.1. idem</p> <p>11.1. levantamento das demandas da juventude para a esta região; 11.2. Um programa de formação e capacitação e acompanhamento da juventude. 11.3. Ampliar as articulações com outros projetos territoriais (Terra Solidária, Jovem Empreendedor Rural, Educação do Campo, Turismo Rural, Minha Primeira Terra, Cultura e Esporte). 11.4. Estimular ações de gastronomia; 12.1 Ampliar as parcerias para comercialização dos produtos, articulando as organizações da sociedade civil e as</p>		
--	---	--	--	--

		<p>políticas públicas nas três instâncias institucionais;</p> <p>12.2. Um programa de pesquisa e produção articulado interinstitucional (Epagri, Universidades, Governos, Organizações).</p> <p>12.3. Programa de sensibilização e capacitação para agroecologia;</p>	
<p>ASSOCIATIVIS</p> <p>MO E</p> <p>COOPERATIVIS</p> <p>MO:</p>	<p>13. Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas;</p> <p>14. Apoiar a formação e fortalecimento de associações e cooperativas com enfoque na Economia Solidária.</p>	<p>13.1. Programa de apoio a Gestão das Associações e cooperativas;</p> <p>13.2. Constituição de redes de associações e cooperativas;</p> <p>13.3. Estimular que as cadeias produtivas principais se organizem em associações e ou cooperativas, dentre outras;</p>	<p>Vitor Hugo</p> <p>Poleto</p> <p>Elmo</p> <p>Meurer</p> <p>Sirlei</p> <p>Ungaratti</p>

<p>MEIO AMBIENTE</p>	<p>15.Preservação, recuperação, conservação das matas ciliares.</p> <p>16.Estimular o processo de organização para ocupar os diversos espaços de tomada de decisão da sociedade civil.</p> <p>17.Estimular o turismo e ecoturismo;</p> <p>18. Realizar ações para regularização da situação do Parque Nacional de São Joaquim, Campo dos Padres e Coxilha Rica com vistas a transformação em Parques (Campos Naturais).</p>	<p>15.1 Produção de mudas de plantas nativas;</p> <p>16.1. idem</p> <p>17.1. Mapeamento e pesquisa sobre as potencialidades locais para o ecoturismo e turismo;</p> <p>17.2 Organização das demandas;</p> <p>18.1. Idem.</p>		<p>Gilmar Espanhol João Vinicius Ehara Leandro José Martins Junior Evaldo Schlemppa</p>
<p>INTERMUNICIPALIDADE</p>	<p>19.Ações de apóia a organização dos atores locais com vistas ao fortalecimento do processo de Desenvolvimento Territorial Sustentável;</p> <p>20.Ampliar as formas de comunicação das ações territoriais;</p>	<p>19.1 Ampliar e rever as parcerias com todas as entidades representativas no território (sociedade civil e poderes públicos);</p> <p>19.2. Definir estratégias para o controle social;</p> <p>20.1. idem</p>		

<p>FORMAÇÃO</p>	<p>21. Ampliar o processo de formação para a cidadania; 22. Fortalecer educação do campo; 23. Articular as entidades públicas e da sociedade civil para uma atuação em ATER em forma multidisciplinar;</p>	<p>21.1 - Programa de formação para a cidadania. 22.1 Adequação dos currículos escolares às peculiaridades locais de forma que se compreenda a importância do rural;</p>	<p>Rui Alvacir Netto Ângela Maria Kloppel João Altino</p>
<p>INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE APOIO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p>	<p>24. Implementar e melhorar as condições de moradia (com saneamento básico, água, luz, acesso e comunicação) com espaços de lazer, cultura, esporte, dentre outros; 25. Ampliar as formas de transporte no território; 26. Regularização fundiária das terras do território;</p>	<p>24.1 idem 26.1. articular com as políticas públicas federais e interinstitucionais.</p>	<p>Neuza Rauen Afrânio Aberbek</p>

AVALIAÇÃO

“Estamos avançando no entendimento sobre o que é o desenvolvimento. Que mais pessoas experientes venham contribuir no território. As disputas também estão ficando em segundo plano. Estamos todos dentro do mesmo barco. Estamos aqui a favor do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar. As diferenças têm que ser levadas em conta. Temos experiências que estão funcionando. Isto tem que se tornar uma política de estado e mais do que uma política de governo. É importante que as entidades se ajudem na mobilização para participar no processo.” Gilmar

“A gente poderia ser mais rigoroso no horário. Daria para fazer tudo num só dia”.
(Mariza)

“O Debate vai fazer a diferença com o tempo. Estamos no caminho certo. As varias entidades discutindo junto. Isto contribui pra que a gente consiga trabalhar um projeto de desenvolvimento que não exclua ninguém. É bom ter muitas entidades diferentes sentando junto”.

“Exigir a participação mais freqüente das entidades. Tem municípios que somente vem para votação dos projetos”.

“A sociedade não evolui em relação ao tempo e horário para participar nos eventos. Tem um GT articulação de cada região para mobilizar em cada região”. (Rui)

LISTA DOS PARTICIPANTES

ENTIDADE	NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
SDT/MDA	Alexandre da Silva Santos	Florianópolis	(48) 3322 3051	alexandre.silva@ mda.gov.br
P.M. Cerro Negro	Carlos A. Ostrowski	Lages	(49) 3258 0156	ca_ostrowski@ hotmail.com
P.M. São C. do Sul	Rodrigo Trevisol	São Cristóvão do Sul	(49) 3253 1200	agricultura@pmsc.sc.br
Centro Vianeí	Selênio Sartori	Lages	(49) 3222 4255	selênio_vianeí@ brturbo.com.br
Epagri	João V. Eltara	Frei Rogério	(49) 3257 0045	eltara@epagri.rct-sc.br
MB2	Izumi Honda	Curitibanos	(49) 3245 0680	izumidream615@ yahoo.com.br
SDR	Celso Dalagnol	Lages	(49) 3221 3900	dalagnol@ lgs.sdr.sc.gov.br
P.M. Anita Garibaldi	Ivo Zaporoli	Anita Garibaldi	8804 1758	smdra@anitagaribaldi
Uni Leite	José Pelistrina	Frei Rogério	9951 0504	
	Evaldo R.	Bom Retiro	(49) 3277 0100	schlempa@ibest.com.br

	Schlemper			
Ecoserra	Vergínio Moretti	Lages	(49) 8813 0126	verginiomoretti@ yahoo.com.br
	Carlito Vicente de Lins	Bom Retiro	(49) 8802 0206	
Bicho do Mato	Tienko V. da Rocha	Bom Retiro	(49) 3277 0100	tienkovitor@ hotmail.com
MB2	Cíntia Hoffer	Bom Retiro	(49) 3277 0231	cihoffer@hotmail.com
Sicoob	Elmo Meurer	Urubici	(49) 3278 4557	cooperar@twc.com.br
Epagri	Charles A. Grudtner	Bom Retiro	(49) 3277 0231	embomretiro@ epagri.rct-sc.br
CMDR	Alcides de Morais	Monte Carlo	3546 0248	
P.M. Monte Carlo	Valderi da Silva	Monte Carlo	8812 5949	valderidasilva@hotmail.com
STR	Ilton Carvalho	São Joaquim	(49) 3233 0655	
Epagri	Orli R. C. Souza	Lages	3224 9400	orli@epagri.rct-sc.br
Epagri	Gilmar L. Espanhol	Campos Novos	3541 0081	glespanhol@yahoo.com.br
Coopagro/MST	Sirlei Ungaratti	Campos Novos	3592 8010	

STR	Soili M. Galafassi	Ibiam	3534 0098	soilim@bol.com.br
Prefeitura	Célio L. Ramos	Ibiam	3534 0044	celiolr@bol.com.br
SDR SJ/Epagri	Afrânio Oliveira	São Joaquim	3233 3952	
CFR Cerro Negro	Carlito Vicente	Cerro Negro	3258 0156	educ@cerronegro.sc.gov.br
Ceades	Sinval Goulart	Chapecó	3329 1439	ceades@desbrava.com.br
Epagri	Maria H. M. Pires	Capão Alto	3231 0060	emcapaoalto@epagri.rct-sc.br

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO ESCRITO:

1.Selênio_vianei@brturbo.com.br (Selênio)

2.glespanhol@yahoo.com.br (Gilmar)

3.rui.netto@ibestvip.com.br (Rui)

4.emcapaoalto@epagri.rct-sc.br (Mariza)